

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A.

celebrado entre

USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A.

como Emissora

e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e

VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA.

ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF

DAMHA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

E

ENVOLVER PARTICIPAÇÕES S.A.

como Intervenientes Garantidoras

Datado de
10 de dezembro de 2014



[Handwritten signature]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A.

Pelo presente instrumento,

USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, no Lote 13, Vila Amazonas, Zona Rural, CEP 59663-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.313.187/0001-50, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001 46, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA., sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Bambina, nº135, CEP 22251-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.8351.042/0001-89, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Voltalia do Brasil");

ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA., sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Dom José Gaspar, nº134, 4ª andar, conjunto 43, CEP 01047-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.333.769/0001-13, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Encalso");

ENVOLVER PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Bambina, nº 135, casa, Botafogo, CEP 22251-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.767.082/0001-71, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Envolver");

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Delmiro Gouveia, nº 333 – Edifício André Falcão, no Bairro de San Martin, na



Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, inscrita o CNPJ/MF sob o nº 33.541.368/0001-16, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Chesf”); e

DAMHA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua PC Dom José Gaspar, nº 134, 5ª andar, conjunto 53, República, CEP 01.047-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.898.106/0001-78, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Damha” e, em conjunto com Voltalia do Brasil, Encalso, Envolver e Chesf, “Intervenientes Garantidoras”) (a Emissora, o Agente Fiduciário e as Intervenientes Garantidoras doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.” (“Escritura de Emissão”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da (i) Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 10 de dezembro de 2014 (“AGE da Companhia”), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a aprovação da cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Projeto (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 4.15.1 abaixo); (c) a aprovação da alienação fiduciária de equipamentos, nos termos do Contrato da Alienação Fiduciária de Bens Móveis (conforme abaixo definido); (d) contratação da Fiança Bancária e (e) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (ii) Resolução de Sócios da Voltalia do Brasil, realizada em 24 de novembro de 2014 (“Resolução de Sócios da Voltalia do Brasil”) na qual foram deliberadas: (a) a aprovação para prestação da Fiança (conforme definida na Cláusula 4.14.1 abaixo), e (b) a autorização à Diretoria da



Voltalia do Brasil para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na Resolução de Sócios da Voltalia do Brasil; (iii) Resolução de Sócios da Encalso, realizada em 24 de novembro de 2014 (“Resolução de Sócios da Encalso”) na qual foram deliberadas: (a) a prestação da Fiança (conforme definida na Cláusula 4.14.1 abaixo), e (b) a autorização à Diretoria da Encalso para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na Resolução de Sócios da Encalso; (iv) Reunião do Conselho de Administração da Envolver, realizada em 24 de novembro de 2014 (“RCA da Envolver”) na qual foram deliberadas: (a) a prestação da Fiança (conforme definida na Cláusula 4.14.1 abaixo); (b) a aprovação da alienação fiduciária sobre 100% (cem por cento) das ações de sua titularidade, emitidas pela Emissora, representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Emissora nesta data, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Cláusula 4.15.1 abaixo), e (c) a autorização à Diretoria da Envolver para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Envolver; e (v) Reunião da Diretoria da CHESF, realizada em 17 de novembro de 2014 (“Reunião da Diretoria da CHESF”), na qual foram submetidas para deliberação do Conselho de Administração da CHESF as seguintes matérias: (a) a aprovação da alienação fiduciária sobre 100% (cem por cento) das ações de sua titularidade, emitidas pela Emissora, representativas de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da Emissora nesta data, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Cláusula 4.15.1 abaixo), (b) contratação da Fiança Bancária e (c) a autorização à Diretoria da CHESF para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na Reunião do Conselho de Administração da CHESF, bem como Reunião do Conselho de Administração da CHESF, realizada em 01 de dezembro de 2014 (“RCA da CHESF”), na qual foram deliberadas as matérias indicadas na Reunião da Diretoria da CHESF; e (vi) Reunião do Conselho de Administração da Damha, realizada em 24 de novembro de 2014 (“RCA da Damha”) na qual foram deliberadas: (a) a prestação da Fiança (conforme definida na Cláusula 4.15.1 abaixo), e (b) a autorização à Diretoria da Damha para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Damha.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), nos termos desta Escritura de Emissão (“Emissão” ou “Oferta Restrita”), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da AGE da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Rio Grande do Norte (“JUCERN”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no Jornal de Hoje



4



("Jornais de Publicação da Companhia"). O termo de Resolução de Sócios da Voltaia do Brasil será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"). O termo de Resolução de Sócios da Encalso será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"). A ata de RCA da Envolver será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Comercial do Rio de Janeiro ("Jornais de Publicação da Envolver"). A ata de RCA da CHESF será arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no Jornal do Commercio ("Jornais de Publicação da CHESF"). A ata de RCA da Damha será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal O Dia ("Jornais de Publicação da Damha" e, em conjunto com Jornais de Publicação da Companhia, Jornais de Publicação da CHESF e Jornais de Publicação da Envolver, "Jornais de Publicação").

2.1.2. Os atos societários da Emissora e das Intervenientes Garantidoras que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados em suas respectivas Juntas Comerciais, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação.

2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Rio Grande do Norte e no Cartório de Títulos e Documentos

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERN, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, em função da garantia fidejussória, deverão ser protocolizados em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu registro na JUCERN, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da (i) Cidade de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, (ii) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, (iii) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e (iv) na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. No prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura desta Escritura de Emissão e/ou do seu respectivo aditamento, a Emissora obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos registrados nos respectivos cartórios mencionados acima.

2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de



5
Notas de Brasília

que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”).

2.3.2. A Emissão poderá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, e do Parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação, até o envio do comunicado de encerramento da oferta.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP; e
- (c) as Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.5.2.1 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado EOL Junco II S.A., o qual terá previsão de geração de mais de 60.000 (sessenta mil) MWh.



3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 69.042.526,00 (sessenta e nove milhões, quarenta e dois mil e quinhentos e vinte e seis reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores" ("Contrato de Distribuição"), com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (sendo a instituição intermediária "Coordenador Líder, e quando referidas em conjunto "Coordenadores").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar conjuntamente, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.



3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados, na forma do item 2.3.2 acima; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido nas Cláusulas 4.14 e 4.15 abaixo).

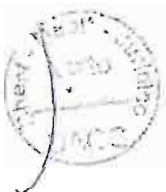
3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.



8



3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão e escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/ nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados na estruturação, no desenvolvimento, na implantação, na geração e na exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado EOL Junco II S.A., o qual terá previsão de geração de mais de 60.000 (sessenta mil) MWh, com capacidade instalada total de 24 MW, localizado em Vila Amazonas, município de Serra do Mel – RN ("Projeto") e de acordo com o cronograma de investimentos previsto nos Contratos do Projeto (conforme abaixo definido), desde que tais atividades ali previstas estejam, à época da sua utilização dos referidos recursos, devida e regularmente licenciadas e/ou autorizadas nos termos da Legislação Socioambiental aplicável então, de acordo com o estágio de desenvolvimento do Projeto.

3.7.2 Para fins desta Escritura de Emissão "Contratos do Projeto" significa todos os contratos operacionais e contratos de fornecimento referentes à execução, os quais estão listados no Anexo I a esta Escritura.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 10 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelares ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Prazo e Datas de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 07 de dezembro de 2015 ("Data de Vencimento"). Na



9

Data de Vencimento ou nas hipóteses de Resgate Antecipado e de Vencimento Antecipado, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.2. abaixo.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 690.425,26 (seiscentos e noventa mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 100 (cem) Debêntures.

4.2. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

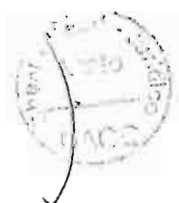
4.2.2. *Juros Remuneratórios:* As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Cláusula 4.2.3 abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,14% (dois inteiros e quatorze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Sobretaxa”), e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento. Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures devida na data de pagamento de Remuneração das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI_k , da Data de Emissão, inclusive, até a data de pagamento de Remuneração das Debêntures, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = fator da taxa DI_k , expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

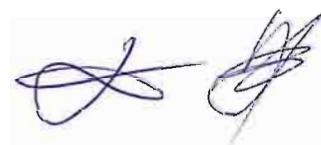
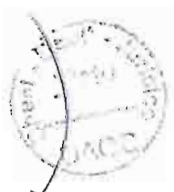
$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:



$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

$spread = 2,1400$ (dois inteiros e quatorze décimos de milésimos); e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo “ n ” um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.1. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.2.2.2 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.



4.2.2.2. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI, será utilizada então a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, com prazo de vencimento de 12 (doze) meses, desde o Dia Útil seguinte do fim do prazo de 10 (dez) dias mencionado acima até a Data de Vencimento, amortização ou resgate, conforme aplicável, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.3. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados declarados nacionais.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, ressalvados os casos de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou Vencimento Antecipado.

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.4.1. A Remuneração das Debêntures será paga em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, ressalvados os casos de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou Vencimento Antecipado.

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriitorador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil, conforme indicado na



Cláusula 4.5 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.8. Preço de Subscrição

4.8.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão ("Preço de Subscrição").

4.9. Forma de Integralização

4.9.1. As Debêntures serão totalmente integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. Será realizado por meio de depósito de 50% (cinquenta por cento) do Valor Total da Emissão na conta vinculada de titularidade da Emissora, nº 000290001533, agência 2263, mantida no Banco Santander (Brasil) S.A. ("Conta Vinculada 1") e "Banco Depositário 1", respectivamente) e de 50% (cinquenta por cento) do Valor Total da Emissão na conta vinculada de titularidade Emissora, nº 000201036, agência 001, mantida no Banco BTG Pactual S.A. ("Conta Vinculada 2") e, em conjunto com a Conta Vinculada 1, "Contas Vinculadas" e "Banco Depositário 2", respectivamente) (o Banco Depositário 2, em conjunto com o Banco Depositário 1, "Bancos Depositários"), pelo Preço de Subscrição ("Data de Integralização").

4.9.2. O Valor Total da Emissão, correspondente à totalidade das Debêntures e depositado nas Contas Vinculadas, será liberado pelos Bancos Depositários da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 35.211.688,26 (trinta e cinco milhões, duzentos e onze mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos), correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Total da Emissão, será liberado em até um Dia Útil contado da Data de Integralização, mediante comunicação por escrito da Emissora, nos termos do Anexo II à presente Escritura, sendo certo que será liberado 51% (cinquenta e um por cento) do montante depositado em cada uma das Contas Vinculadas; e (ii) o montante de R\$ 33.830.837,74 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos),



correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do Valor Total da Emissão ("Montante Restante"), será liberado em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do dia em que o Agente Fiduciário receber, de forma satisfatória a seu critério, uma cópia (I) (a) da reunião do conselho de administração da Chesf, aprovando a prestação da Fiança (conforme definido abaixo), devidamente registrado na JUCEPE ("Ato Societário da Chesf"); (b) da reunião do conselho de administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras aprovando a prestação da Fiança (conforme definido abaixo) pela Chesf devidamente registrado na Junta Comercial do Distrito Federal ("Ato Societário Eletrobras"); e (c) da anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para a prestação pela Chesf da Fiança; ou (II) carta de fiança bancária, emitida por instituição financeira de primeira linha, em termos satisfatórios aos Debenturistas e em valor correspondente ao Montante Restante, a ser contratada pela Chesf ou pela Emissora ("Fiança Bancária"), sendo certo que será liberado 49% (quarenta e nove por cento) do montante inicialmente depositado em cada uma das Contas Vinculadas, subtraído o valor correspondente ao comissionamento no montante de R\$ 981.607,64 (novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e sete reais e sessenta e quatro centavos) (itens "I", ou "II", individualmente, "Condição para Liberação do Montante Restante"). O Ato Societário da Chesf e o Ato Societário Eletrobras deverão expressamente aprovar todos os termos e condições previstos na Cláusula 4.14 abaixo.

4.9.3. Em até 1 (um) Dia Útil após o recebimento dos atos societários acima ou cópia da carta de Fiança Bancária, o Agente Fiduciário encaminhará aos Banco Depositários autorização para liberação do Montante Restante.

4.10. Repactuação Programada

4.10.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.11. Publicidade

4.11.1. Nos termos do disposto nos itens III, IV e VI do artigo 17 da Instrução CVM 476, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores <http://vamcruzjuncoii.comunidades.net/>, sendo certo que os editais de convocação e as atas de assembleias gerais de debenturistas deverão ainda, além da publicidade acima descrita, ser publicadas nos Jornais de Publicação da Companhia ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.12.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as



Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP.

4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.14. Garantia Fidejussória

4.14.1. Observado o disposto nesta Cláusula 4.14, as Intervenientes Garantidoras, neste ato, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, renunciando expressamente aos benefícios e direitos descritos na Cláusula 4.14.3 abaixo, obrigando-se pelo pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração das Debêntures e os Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Fiança”, “Valor Garantido” e “Código Civil”, respectivamente).

4.14.2. Observado o previsto na Cláusula 4.14.10 abaixo, as Intervenientes Garantidoras, obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 04 (quatro) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Intervenientes Garantidoras, informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelas Intervenientes Garantidoras de acordo com o estabelecido nesta Escritura de Emissão.

4.14.3. Observado o previsto na Cláusula 4.14.10 abaixo, as Intervenientes Garantidoras, expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

4.14.4. Caso a presente Fiança seja executada parcialmente ou sua execução integral não for suficiente para honrar o pagamento, aos Debenturistas, de todas as obrigações, encargos e despesas assumidos pela Emissora nesta Escritura de Emissão, as Intervenientes Garantidoras não terão qualquer direito, pretensão ou ação contra a Emissora e/ou o Agente Fiduciário visando reaver destes qualquer valor pago a título de



16



liquidação das obrigações desta Escritura de Emissão, não se sub-rogando, portanto, nos direitos de crédito correspondentes às obrigações desta Escritura de Emissão, e reconhecendo que (i) referida ausência de sub-rogação não implica ou implicará em enriquecimento sem causa da Emissora e/ou do Agente Fiduciário, haja vista que (a) a Emissora é devedora principal das obrigações desta Escritura de Emissão; (b) em caso de execução da presente Fiança, a não sub-rogação representará um aumento equivalente e proporcional no valor das Ações Alienadas da Emissora.

4.14.5. Na hipótese de a execução da presente Fiança ser suficiente para a quitação integral da totalidade das obrigações, encargos e despesas assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, o disposto na Cláusula anterior não será aplicável e as Intervenientes Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas contra a Emissora.

4.14.6. Observado o previsto na Cláusula 4.14.10 abaixo, a Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

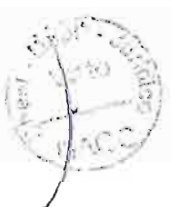
4.14.7. Observado o previsto na Cláusula 4.14.10 abaixo, as Intervenientes Garantidoras, desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.14.8. A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido, respeitados os limites estabelecidos nas Cláusulas 4.14.12, 4.14.13 e 4.14.15 abaixo.

4.14.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.14.10. Tendo em vista que as Condições para Liberação do Montante Restante ainda não foram cumpridas, a validade, eficácia e a efetiva constituição da Fiança pela Chesf prevista nos itens acima está, nos termos dos artigos 121 e 125 do Código Civil, condicionada ao cumprimento do disposto na cláusula 4.9.2.(ii).(I) ("Condição Suspensiva").

4.14.11 Mediante a ocorrência do evento descrito na Cláusula 4.14.10 acima, a Fiança da Chesf e as demais obrigações da Chesf previstas nos itens desta Cláusula 4.14, passarão automaticamente a ser válidas e eficazes em relação às Partes e garantirá o pagamento do Valor Garantido, independentemente de aditivo a esta Escritura de Emissão. Não obstante, as Partes comprometem-se a celebrar aditivo a esta Escritura de Emissão formalizando a ocorrência do evento descrito na Cláusula 4.14.10 acima.



Handwritten signatures in blue ink.



4.14.12. As Partes acordam que as Intervenientes Garantidoras não respondem solidariamente entre si pela Fiança, salvo no caso da Encalso e da Damha, que respondem de forma solidária por 25,398% (vinte e cinco vírgula três nove oito por cento) do Valor Garantido enquanto não for implementada a Condição Suspensiva. Ressalvada a condição solidária da Encalso e da Damha, a Fiança aqui prestada (i) pela Envolver estará limitada a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido; e (ii) pela Voltalia do Brasil estará limitada a 25,602% (vinte e cinco vírgula seis zero dois por cento) do Valor Garantido, sempre enquanto não for implementada a Condição Suspensiva.

4.14.13 Após a implementação da Condição Suspensiva, as Partes acordam que a Fiança da (i) Envolver continuará limitada a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido; (ii) da Chesf estará limitada a 49% (quarenta nove por cento) do Valor Garantido; (iii) da Voltalia do Brasil estará limitada a 25,602% (vinte e cinco vírgula seis zero dois por cento) do Valor Garantido; e (iv) da Encalso e da Damha, de forma solidária, estará limitada a 25,398% (vinte e cinco vírgula três nove oito por cento) do Valor Garantido.

4.14.14 As Partes concordam que, nesta data, a Envolver e a Chesf estão em processo de reorganização societária da Emissora, que, quando concluída, implicará a transferência das ações de emissão da Emissora detidas pela Envolver e pela Chesf para a nova holding do Projeto ("Holding Vamcruz"), a qual será titular da totalidade das ações emitidas pela Emissora ("Reorganização"). Após a conclusão da Reorganização, a Holding Vamcruz será legítima titular e proprietária direta das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante da Emissora.

4.14.15 As Partes concordam que, após conclusão da Reorganização e após a realização do ato societário da Holding Vamcruz aprovando a outorga da Fiança nos termos da Cláusula 4.14.1 acima, a Fiança ora prestada pela Envolver será substituída, por meio de celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão ("Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão"), integralmente por Fiança da Holding Vamcruz. A Fiança da Holding Vamcruz garantirá 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido e será prestada nos mesmos termos e condições aqui previstos. Além disso, todas as obrigações assumidas pela Envolver nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia deverão ser assumidas pela Holding Vamcruz por meio de aditamento a tais documentos.

4.14.16 As Partes acordam que as Fianças aqui prestadas poderão ser executadas contra todas as Intervenientes Garantidoras, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito dos Debenturistas e sempre respeitados os limites estabelecidos acima.

4.15. Garantia Real

4.15.1. Em complemento à Fiança, as Debêntures também serão garantidas por:

(i) Alienação fiduciária da totalidade das ações de titularidade da Envolver e da Chesf representativas



do capital social da Emissora, da Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.313.271/0001-74 (“Caiçara I”), da Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.313.113/0001-14 (“Caiçara II”) e da Usina de Energia Eólica Junco I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.313.226/0001-10 (“Junco I”, em conjunto com Caiçara I e Caiçara II, “Outras Emissoras”), quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora e/ou pelas Outras Emissoras, inclusive em razão de redução de capital, amortização ou resgate de ações, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às acionistas da Emissora e/ou das Outras Emissoras, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações ou conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade dos acionistas da Emissora e/ou das Outras Emissoras, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou das Outras Emissoras, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia a ser celebrado entre a Envolver, a Chesf, a Emissora, as Outras Emissoras, na qualidade de intervenientes anuentes, e o Agente Fiduciário (“Ações Alienadas” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente). Neste ato, as Partes concordam que, após a conclusão da Reorganização, a Holding Vamcruz será legítima titular e proprietária das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante da Emissora e das Outras Emissoras de tal modo que as Ações Alienadas permanecerão alienadas fiduciariamente em favor dos Debenturistas, nos termos do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão e conforme previsto no Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;

- (ii) Alienação fiduciária por meio do qual a Emissora alienará e transferirá a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de equipamentos, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia a ser celebrado entre a Emissora, as Outras Emissoras e o Agente Fiduciário, observado o disposto no artigo 4º, parágrafo 1º, da Resolução Normativa No 532 da ANEEL, de 14 de janeiro de 2013 (“Equipamentos Alienados” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis”, respectivamente); e
- (iii) Cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados ao Projeto nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora e as Outras Emissoras, observado o disposto no artigo 2º da Resolução Normativa n.º 532 da ANEEL, de 14 de janeiro de 2013 (“Direitos Creditórios” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”, respectivamente, e em conjunto com o



Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, “Contratos de Garantia”). Os Contratos de Garantia, quando em conjunto com a Fiança, são doravante referidos como “Garantias”.

4.15.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, para, em nome da Emissora, promover a averbação dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Contratos de Garantia.

4.15.3. Em caso de excussão das Garantias, serão adotadas as medidas necessárias para alienar os bens objeto dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, observados os termos e restrições da legislação aplicável.

4.15.4. As Garantias serão compartilhadas entre os titulares das Debêntures desta Emissão e das Outras Emissões (conforme definido abaixo), na proporção do saldo devedor desta Emissão e das Outras Emissões, de forma “*pari passu*” e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão. Para fins desta Escritura de Emissão, “Outras Emissões” significa as seguintes emissões de debêntures em conjunto: (i) a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Caiçara I, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Caiçara I, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.”; (ii) a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Caiçara II, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Caiçara II, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.”; e (iii) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Junco I, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Junco I, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco I S.A.”

CLÁUSULA V

ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados por todas as Partes e posteriormente arquivados na JUCERN.



20



5.2. Neste ato, as Partes concordam que, esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado da Reorganização, independente de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, ou qualquer aprovação societária por parte da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A qualquer momento a partir da Data de Emissão, a Emissora poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva liquidação do resgate; e (ii) do prêmio de 0,8% (oito décimos por cento) *flat* sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto do resgate acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva liquidação do resgate antecipado, exceto, exclusivamente, na hipótese de resgate em decorrência de Financiamento de Longo Prazo (conforme definido abaixo) para o Projeto, nos termos da Cláusula 6.2.1 abaixo (“Resgate Antecipado Facultativo”).

6.1.2. Nesse caso, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debenturistas, e à CETIP, com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência ao Resgate Antecipado Facultativo, notificação contendo as seguintes informações: (i) a data e o procedimento de Resgate Antecipado Facultativo, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura; (ii) o valor do pagamento devido aos Debenturistas (incluindo o prêmio previsto na Cláusula 6.1.1. acima); e (iii) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas (“Notificação de Resgate Antecipado Facultativo”).

6.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

6.2. Resgate Antecipado Obrigatório

6.2.1 No caso de contratação de financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o Projeto, de emissão de debêntures incentivadas pela Emissora nos termos da Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e/ou de contratação de operação de crédito estruturada com os dois Coordenadores, em conjunto (“Financiamento de Longo Prazo”), a Emissora estará obrigada a resgatar antecipadamente, em sua totalidade, as Debêntures, conforme disposto nas cláusulas a seguir (“Resgate Antecipado Obrigatório” e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo, simplesmente referido como “Resgate Antecipado”).

6.2.2. Na data da primeira liberação de recursos no âmbito do Financiamento de Longo Prazo,



independentemente do montante, a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade das Debêntures em Circulação ("Data do Resgate Antecipado Obrigatório").

6.2.3. O Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures deverá se operacionalizar, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) a Emissora deverá encaminhar notificação, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Obrigatório ("Notificação de Resgate Antecipado Obrigatório") e, em conjunto com a Notificação de Resgate Antecipado Facultativo, "Notificação de Resgate Antecipado", ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares de Debêntures, e à CETIP, contendo as seguintes informações: (a) a data e o procedimento de Resgate Antecipado Obrigatório, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura; (b) o valor do pagamento devido aos Debenturistas; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas, e
- (ii) o Resgate Antecipado Obrigatório será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, sendo que, caso o Resgate Antecipado Obrigatório ocorra após 243 (duzentos e quarenta e três) dias contados da Data de Emissão, além do valor acima, a Emissora pagará aos Debenturistas um prêmio de 0,783% (zero vírgula sete décimos e oitenta e três centésimos por cento) *flat* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures.

6.2.4 As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Obrigatório deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

6.2.5. Uma vez que a Emissora encaminhe a Notificação de Resgate Antecipado ao Agente Fiduciário, qualquer mudança na Data do Resgate Antecipado Obrigatório dependerá de prévia anuência de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), sendo certo que a Emissora, até a data do efetivo resgate, continuará obrigada a cumprir com obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.2.6. As Partes acordam que todos os tributos, incluindo impostos, contribuições e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, inclusive em decorrência de majoração de alíquota ou base de cálculo, com base em norma legal ou regulamentar, sobre os pagamentos feitos pela Emissora aos Debenturistas em razão do pagamento do prêmio previsto no item (ii) da Cláusula 6.2.3 acima ("Tributos") serão integralmente suportados pela Emissora, de modo que a Emissora deverá acrescentar a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os Tributos não fossem incidentes (*gross-up*). Para fins da presente Cláusula, sem prejuízo de quaisquer outros Tributos que incidam ou venham a incidir sobre os referidos pagamentos, considerar-se-ão os seguintes Tributos: a Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do



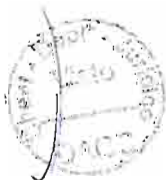
22

Patrimônio do Servidor Público – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS. Não serão considerados Tributos para fins desta cláusula o Imposto sobre a Renda - IR e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) se a Emissora descumprir qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando os Contratos de Garantia (“Documentos da Oferta Restrita”), exceto se referido descumprimento for sanado em até 1 (um) Dia Útil após as respectivas datas de vencimento;
- (b) se a Emissora e/ou qualquer das Intervenientes Garantidoras, conforme aplicável, a qualquer momento, descumprirem quaisquer avenças, acordos ou quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando, a utilização dos recursos desta Emissão para atividades relacionadas à implementação do Projeto e para as quais possua as devidas licenças e autorizações válidas e vigentes, conforme exigidas pelas legislações, regulamentações, licenças e autorizações ambientais aplicáveis, de acordo com o estágio do Projeto aplicável (“Legislação Socioambiental”), observados os prazos de cura específicos previstos nas respectivas Cláusulas, sendo que, caso não haja previsão de prazo de cura específico nas respectivas Cláusulas, se referido descumprimento for sanado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência do respectivo inadimplemento;
- (c) se a Emissora contrair Endividamento sem a prévia anuência de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), exceto (i) o Financiamento de Longo Prazo; (ii) os Empréstimos *Intercompany* (conforme abaixo definido) e (iii) o adiantamento feito pela Chesf e/ou pela Envelar à Emissora para futuro aumento de seu capital social (“AFAC”), desde que a subscrição e integralização das ações da Emissora objeto do AFAC ocorram até o fim do exercício social em que o AFAC foi realizado;



23



- (d) não obtenção, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados de notificação recebida do Agente Fiduciário, de aporte em seu capital social, seja por meio de (i) de subscrição e integralização, pelas Intervenientes Garantidoras, bem como seus controladores diretos ou indiretos, exceto os controladores diretos ou indiretos da Voltalia, Chesf e Damha, de forma conjunta ou isoladamente, proporcionalmente à participação efetiva indireta de cada Interveniente Garantidora no capital social da Emissora, de novas ações a serem emitidas pela Emissora; (ii) Empréstimos *Intercompany*; e/ou (iii) AFACs; em qualquer caso, de forma a cobrir integralmente: (x) a diferença entre o montante do Financiamento de Longo Prazo, devidamente comprovado, para o Projeto informado nas propostas e/ou durante o prazo de análise do BNDES, conforme aplicável, e o montante de R\$ 361.400.000,00 (trezentos e sessenta e um milhões e quatrocentos mil reais), levando em consideração o quadro de usos e fontes atualizado do Projeto apresentado ao Agente Fiduciário nesta data; e/ou (y) sobre custos de qualquer natureza, devidamente comprovados, no Projeto que venham acarretar alteração no quadro de usos e fontes do Projeto apresentado ao Agente Fiduciário nesta data. Para todos os fins deste item, excluem-se expressamente as pessoas naturais controladoras diretas ou indiretas da Encalso e a Damha Filhos Administração e Participações Ltda.;
- (e) protestos sobre títulos de crédito contra (i) a Emissora, Envolver ou Voltalia do Brasil com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em relação a cada uma delas individualmente; (ii) a Encalso ou Damha com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em relação a cada uma delas individualmente; e (iii) a Chesf de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), no mesmo ano fiscal, exceto se, em todos os casos, (i) a Emissora, Envolver, Voltalia do Brasil, Encalso e Damha, em até 10 (dez) Dias Úteis contados dos respectivos protestos for comprovado que: (a) o protesto foi cancelado ou sustado, ou (b) foram prestadas garantias em juízo; ou (ii) a Chesf, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados do respectivo protesto for comprovado que: (a) o protesto foi cancelado ou sustado, ou (b) foram prestadas garantias em juízo;
- (f) se a Emissora, qualquer das Intervenientes Garantidoras, a Voltalia e/ou suas respectivas controladas no Brasil, e/ou empresas que a Emissora, qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou a Voltalia detenham participação diretas ou indiretas no Brasil descumprirem qualquer obrigação pecuniária sobre quaisquer dos seus respectivos Endividamentos obtidos junto a qualquer Debenturista e/ou sociedade de seu conglomerado econômico, seja no Brasil e/ou no exterior, observado o período de cura aplicável do respectivo contrato (*cross default com os Debenturistas*);
- (g) se a Emissora, as Outras Emissoras e/ou qualquer das Intervenientes Garantidoras e a Voltalia inadimplir qualquer dívida financeira com terceiros que não os Debenturistas, observado o período de cura aplicável do respectivo contrato, em valor unitário ou agregado igual ou superior



24

- a (i) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com relação à Emissora, às Outras Emissoras, Envolver e Voltalia do Brasil, sendo este valor calculado individualmente em relação a cada uma delas; (ii) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) com relação à Voltalia; (iii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Encalso e à Damha, sendo este valor calculado individualmente em relação a cada uma delas; e (iv) R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) com relação à Chesf, atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo pagamento: (i) tiver a concordância por meio de documento assinado pelo credor correspondente; ou, ainda, (ii) estiver amparado por decisão judicial transitada em julgado, obtida pela Emissora, pelas Outras Emissoras ou pelas Intervenientes Garantidores;
- (h) se qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras, conforme o caso, na presente Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita, provarem-se falsa, incorreta ou enganosa, sob qualquer aspecto, na data em que foram prestadas;
- (i) cessação pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras de suas atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (j) se quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita ou qualquer de suas disposições forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor ou deixarem de ser exequíveis ou de estarem em pleno efeito e vigor, desde que em razão de culpa da Emissora ou de qualquer Interveniente Garantidora;
- (k) se ocorrer cisão, fusão ou incorporação (ou operações de efeitos similares), reestruturações societárias e/ou alteração na composição acionária da Emissora ou da Envolver, sem a prévia anuência de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), exceto aquelas no âmbito da Reorganização;
- (l) se ocorrer cisão, fusão ou incorporação (ou operações de efeitos similares), reestruturações societárias e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Voltalia do Brasil, sem a prévia anuência de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), exceto se tais operações ocorrerem exclusivamente dentro grupo econômico da Voltalia do Brasil, mas desde que, neste caso, a Voltalia S.A. sociedade constituída e validamente existente de acordo com a legislação francesa, com sede na 12, rue Blaise Pascal, 92200, Neuilly sur Seine, 485 182 448 RCS Nanterre, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.477.084/0001-60 ("Voltalia"), permaneça como controlador indireto ou direto da Emissora;



- (m) se ocorrer cisão, fusão ou incorporação (ou operações de efeitos similares), e/ou reestruturações societárias, que resultem na transferência do controle, direto ou indireto da Encalso, sem a prévia anuência de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), exceto se tais operações ocorrerem exclusivamente dentro do grupo econômico da Encalso, mas desde que, neste caso, a Encalso permaneça na posição de controladora direta ou indireta da Renovias Concessionária S.A., sociedade de ações de capital fechado, com sede na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 340 - km 161, CEP 13805-280, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.417.464/0001-23. Entende-se por “controle” o conceito estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (n) se ocorrer (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora, qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou da Voltalia (ou evento equivalente no âmbito das leis francesas no caso exclusivo da Voltalia); (ii) pedido de autofalência da Emissora, qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou da Voltalia (ou evento equivalente no âmbito das leis francesas no caso exclusivo da Voltalia); (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou qualquer das Intervenientes Garantidoras não devidamente elidido por estes no prazo legal ou pedido análogo ou com efeitos similares formulado por terceiros em face da Voltalia sem que a Voltalia tenha apresentado defesa a tempo e modo conforme aplicável de acordo com as leis da França; (iv) propositura, pela Emissora, por qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou pela Voltalia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido obtida homologação judicial do referido plano (ou evento equivalente no âmbito das leis francesas no caso exclusivo da Voltalia); ou (v) ingresso pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (o) existência contra a Emissora e/ou a Envolver de qualquer decisão judicial transitada em julgado, e/ou decisão arbitral ou administrativa não sujeita a recurso, em montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo este valor calculado em relação a cada uma delas individualmente;
- (p) existência contra a Voltalia do Brasil, a Damha e a Encalso de qualquer decisão judicial transitada em julgado, e/ou decisão arbitral ou administrativa não sujeita a recurso, em montante, individual ou agregado, igual ou superior a (i) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Voltalia do Brasil, (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Encalso e Damha;
- (q) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos ou direitos relacionados ao Projeto e que comprometam de forma relevante a capacidade financeira da Emissora, a critério justificado de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), de cumprir com suas obrigações aqui previstas ou



- afete de forma negativa a conclusão ou continuidade do Projeto, exceto se tais ativos e/ou direitos forem substituídos por ativos e direitos do mesmo valor dentro de 40 (quarenta) dias corridos da ocorrência do evento aqui previsto;
- (r) abandono total ou parcial do Projeto ou qualquer ativo relevante que esteja ligado, direta ou indiretamente, ao Projeto;
 - (s) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações, licenças e outorgas, inclusive as socioambientais, pertinentes e necessárias ao desenvolvimento do Projeto, exigidas para construir, operar e manter o Projeto, conforme o estágio de desenvolvimento em que se encontra e levando em consideração o cronograma físico-financeiro apresentado pela *due diligence* técnica elaborada por engenheiro independente, ressalvados os prazos de obtenção e renovação permitidas por lei;
 - (t) ocorrência de qualquer dano ambiental relacionado ao Projeto, independentemente de culpa ou dolo da Emissora, que (i) tenha causado efeitos adversos relevantes; e (ii) não tenha sido adequadamente sanado ou compensado pela Emissora nos termos e prazos estabelecidos pelas autoridades competentes e pela legislação aplicável;
 - (u) uso dos recursos decorrentes da Oferta Restrita para qualquer destinação que não unicamente daquela descrita na Cláusula 3.7 acima;
 - (v) se qualquer penhora, ação de execução, processo judicial ou arbitral for ajuizado ou processo administrativo for instaurado contra a Emissora e/ou a Envolver (bem como contra quaisquer dos seus ativos, bens ou receitas) cujo valor unitário ou agregado, no mesmo ano fiscal, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
 - (w) se qualquer penhora, ação de execução, processo judicial ou arbitral for ajuizado ou processo administrativo for instaurado contra a Voltaia, Voltaia do Brasil, Damha ou Encalso (bem como contra quaisquer dos seus ativos, bens ou receitas) cujo valor unitário ou agregado, no mesmo ano fiscal, seja igual ou superior (i) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no caso da Voltaia do Brasil; (ii) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) no caso da Voltaia, e (ii) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Encalso ou da Damha;
 - (x) se tiver ocorrido qualquer alteração: (i) nas condições econômicas, financeiras, operacionais da Emissora e de qualquer das Intervenientes Garantidoras; (ii) nas condições do setor de energia no Brasil; que, comprovadamente, impacte adversamente a capacidade da Emissora no cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão ("Mudança Adversa Relevante");



- (y) a inobservância da Legislação Socioambiental pela Emissora, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente bem como, se a Emissora e/ou qualquer das Intervenientes Garantidoras incentivarem, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (z) se existir qualquer medida judicial que possa causar a interrupção da implantação do Projeto por um período superior a 60 (sessenta) Dias Úteis;
- (aa) se a Emissora criar, incorrer, assumir ou permitir a existência de quaisquer Ônus sobre ou com relação a qualquer dos ativos da Emissora que sejam objeto de garantia nos termos desta Escritura de Emissão, exceção feita aos Ônus criados pelos Contratos de Garantia, ou a serem dados em garantia no Financiamento de Longo Prazo;
- (bb) penhora ou qualquer medida judicial sobre os ativos da Emissora que sejam objeto de garantia nos termos desta Escritura de Emissão, desde que não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do conhecimento pela Emissora da penhora ou medida judicial;
- (cc) se a Emissora, bem como seus respectivos representantes, funcionários, diretores, conselheiros, agentes, contratadas ou prestadores de serviços forem incluídos no Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial nº 2, de 12.5.2011, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- (dd) a Emissora declarar, pagar ou distribuir, ou concordar em pagar ou distribuir, direta ou indiretamente, dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outro recurso aos seus acionistas, salvo o dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre capital próprio ou qualquer outro recurso mínimo;
- (ee) redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência dos Debenturistas, conforme previsto, com relação à Emissora, no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ff) se ocorrer o vencimento antecipado das Outras Emissões;
- (gg) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- (hh) caso haja alguma alteração material dos contratos de fornecimento do Projeto, incluindo, mas não se limitando aos Contratos do Projeto, aos Seguros e aos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado listados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, devidamente assinados ("Contratos de Energia"), que impacte substancialmente e de maneira



28



adversa na capacidade de pagamento das Debentures pela Emissora, a critério justificado de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo); e

- (ii) caso os seguintes seguros, com seguradoras de primeira linha sediadas no Brasil que tenham classificação de risco local pelo menos A – emitido pela Standard & Poors (ou classificação de risco similar emitido pela Fitch Ratings) ou com seguradoras de primeira linha sediadas no exterior previamente aprovadas pelos Debenturistas: (i) Seguro *All Risks*, na modalidade de seguro de Riscos de Engenharia, (ii) Seguro *All Risks*, na modalidade de seguro de Riscos de Operação, quando aplicável, e (iii) Seguro na modalidade de Responsabilidade Civil (“Seguros”); não sejam renovados em até 15 (quinze) dias antes da data de vencimento de cada uma das apólices.

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas “a”; “c”; “f”; “g”; “h”; “i”; “j”; “k”; “l”; “m”; “n”; “o”; “p”; “q”; “r”; “s”; “u”; “y”; “aa”; “bb”; “ff”; “gg”, da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.2 e 7.1.3 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral pelo Agente Fiduciário, os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 acima. Caso, após 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido convocada, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.5 abaixo.



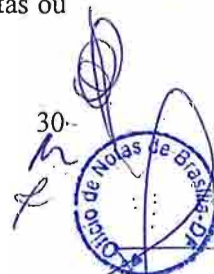
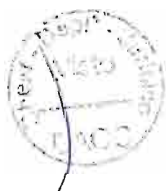
29

7.1.5. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, em até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.4 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 desta Escritura de Emissão.

7.1.6. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

7.1.7 Para fins desta Escritura de Emissão:

- (a) “Endividamento” significa, quanto a qualquer pessoa, sem duplicação, (a) todo o endividamento de tal pessoa a respeito (i) de uma quantia emprestada, incluindo, entre outros, obrigações com relação à aceitação de *credit facilities* e linhas de crédito e (ii) do preço de compra diferido de bens ou serviços, (b) todas as obrigações de pagamento de tal pessoa comprovadas por títulos, debêntures, títulos descontados com direito de regresso, notas promissórias ou outros valores mobiliários semelhantes, (c) todas as garantias diretas ou indiretas de tal pessoa e todas as obrigações (contingente ou de outra forma) de tal pessoa perante qualquer outra pessoa, a respeito da quantia emprestada ou do preço de compra diferido de bens ou serviços, (d) todas as obrigações de tal pessoa como arrendatário de acordo com os arrendamentos que foram ou podem ser, de acordo com as regras e princípios de contabilidade aplicados no Brasil, registradas como arrendamentos de bens de capital, (e) todo o endividamento de outra pessoa garantido por um Ônus ou quaisquer bens detidos por tal pessoa, independentemente de tal pessoa ter assumido ou de outra forma se tornado responsável pelo pagamento do mesmo, e (f) passivos líquidos decorrentes de operações derivativas, contratos de recompra ou operações de *hedge*;
- (b) “Ônus” significa qualquer ônus, alocação, penhor, hipoteca, alienação fiduciária, retenção de título, fideicomisso, gravame, direito de garantia ou outro encargo, ou qualquer outro tipo de acordo preferencial, prioridade ou outro contrato de garantia com efeito prático de constituir um direito de garantia, mediante ou a respeito de quaisquer bens ou outro ativo, incluindo, entre outros, qualquer contrato que forneça qualquer disposto acima; e
- (c) “Empréstimos Intercompany” significam os mútuos realizados entre a Emissora e (i) Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.313.271/0001-74, Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.313.113/0001-14 e Usina de Energia Eólica Junco I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.313.226/0001-10, independentemente se na qualidade de credora ou tomadora; e (ii) suas controladoras diretas ou



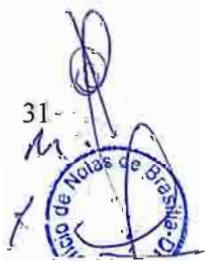
indiretas, neste caso, desde que (A) a Emissora esteja na qualidade de tomadora; (B) o prazo de pagamento do valor principal, juros e quaisquer outros valores devidos no âmbito destes mútuos seja posterior àqueles previstos nesta Escritura e nas escrituras de debêntures das Outras Emissões; e (C) os respectivos contratos contenham indicação expressa de que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados às obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Documentos da Oferta Restrita, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da credora ou da devedora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de partes relacionadas decorrentes de tais mútuos.

CLÁUSULA VIII

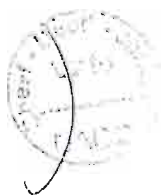
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e as Intervenientes Garantidoras, de maneira individual, não solidária, conforme aplicável, obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora e das Intervenientes Garantidoras, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora e às Intervenientes Garantidoras ou às suas administrações, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração de representante legal da Emissora e das Intervenientes Garantidoras atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;
 - (ii) em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório da Emissora e outro das Intervenientes Garantidoras contendo as descrições das ocorrências e das medidas que a Emissora e as Intervenientes Garantidoras pretendem tomar com relação a tais ocorrências, os quais deverão ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e



- (iv) dentro de 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”).
- (b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea “a(iv)” acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (c) não realizar operações incongruentes com seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor e não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura de Emissão ou quaisquer dos documentos relativos à Oferta Restrita;
- (d) notificar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após tomar ciência do evento, sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e das Intervenientes Garantidoras que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (e) tomar as medidas necessárias para:
- (i) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais; e
- (ii) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho;
- (f) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora e das Intervenientes Garantidoras) realizem auditoria extraordinária na Emissora e nas Intervenientes Garantidoras, desde que a respectiva solicitação seja acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria no prazo previsto na alínea “a(iv)” acima;



32



- (g) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, conforme e se aplicável;
- (h) observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;
- (i) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima, assegurando que os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos sociais e que não atendam às normas legais e regulamentares que regem a Política Nacional de Meio Ambiente;
- (j) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à Emissora e às Intervenientes Garantidoras ou à condução de seus respectivos negócios;
- (k) cumprir com o disposto nas resoluções normativas da ANEEL aplicáveis à Emissora e às Intervenientes Garantidoras, observado prazo de cura de 120 (cento e vinte) dias para atender eventual solicitação da ANEEL relacionada ao disposto no artigo 3º, inciso V, de sua Resolução Normativa nº 334/08, prazo esse a ser contado do recebimento de comunicação neste sentido, sendo certo que a decretação de vencimento antecipado das Debêntures com base em qualquer hipótese que seja comprovadamente ocasionada em razão do atendimento à referida solicitação da ANEEL (incluindo declarações prestadas no âmbito desta Escritura de Emissão) somente será possível se tal solicitação não for sanada até o término do prazo de cura aqui referido;
- (l) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (m) cumprir com todas as suas obrigações relevantes que venha a afetar negativamente o cronograma físico-financeiro do Projeto, bem como manter, em pleno vigor e efeito, durante o prazo desta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, os Contratos do Projeto, Contratos de Energia, Seguros, e demais contratos com objeto e natureza similares que venham a ser celebrados pela Emissora em substituição ou complementação aos instrumentos referidos neste item “m”;
- (n) manter todas as aprovações societárias, governamentais e regulamentares necessárias para a realização e/ou manutenção do financiamento objeto desta Escritura de Emissão e para o cumprimento de todas as obrigações e operações contempladas pelos Documentos da Oferta Restrita, pelos Contratos do Projeto, pelos Contratos de Energia e pelo Projeto em si (com exceção dos casos objeto de questionamento de boa-fé, de acordo com os procedimentos legais apropriados tais como medidas liminares, oferecimento de garantias em juízo, tutela antecipada,



33
h
f



ou outras medidas com efeitos similares, desde que, em qualquer caso, tenha sido suspensa a exigibilidade da norma em discussão);

- (o) imediatamente pagar e quitar todos os tributos, incidências e encargos governamentais incidentes ou impostos sobre seus bens antes que se tornem vencidos, bem como obrigações de natureza previdenciária, ambiental ou outras impostas por lei (com exceção dos casos objeto de questionamento de boa-fé, de acordo com os procedimentos legais apropriados tais como medidas liminares, oferecimento de garantias em juízo, tutela antecipada, ou outras medidas com efeitos similares, desde que, em qualquer caso, tenha sido suspensa a exigibilidade da norma em discussão);
- (p) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, socioambiental, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Oferta Restrita; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras de quaisquer termos e condições da Oferta Restrita;
- (q) manter os livros societários e contábeis apropriados, nos quais deverão ser realizados lançamentos completos, verdadeiros e corretos, em conformidade com o as regras e princípios de contabilidade e as exigências da lei aplicável, de todos os negócios e operações relativos aos seus respectivos negócios;
- (r) preservar e manter em pleno vigor e efeito sua existência societária e direitos;
- (s) manter, preservar e guardar seus bens que sejam necessários para a condução de seus negócios, em bom estado de funcionamento e reparo (exceto desgaste normal de uso e tempo);
- (t) manter, conforme aplicável, as Garantias descritas nesta Escritura de Emissão em conformidade com os termos e condições estabelecidas nos Documentos da Oferta Restrita;
- (u) cumprir rigorosamente todas as leis anti-suborno e anticorrupção aplicáveis, bem como (i) não utilizar quaisquer recursos para qualquer contribuição, prêmio, pagamento de entretenimento, ou qualquer outra despesa ilegal relacionada à atividade política; (ii) não efetuar ou agir em continuidade a uma oferta, promessa ou autorização de qualquer pagamento ou benefício ilegal, direto ou indireto, a qualquer oficial ou funcionário de autoridade regulatória ou governamental, nacional ou estrangeira, incluindo qualquer entidade pertencente ou controlada pelo governo ou por organização pública internacional, ou qualquer pessoa agindo em capacidade oficial para ou em nome de um dos anteriores, ou qualquer partido político ou funcionário de partido político ou



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

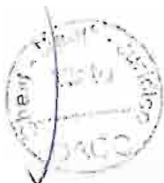


candidato a cargo político; (iii) conforme aplicável, não infringir qualquer disposição (iii.a) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; (iii.b) qualquer legislação ou regulamentação, seja brasileira ou estrangeira, que implemente regras de anti-suborno ou anticorrupção e às quais a Emissora e as Intervenientes Garantidoras estejam sujeitos; ou (iv) não efetuar, oferecer, concordar, requisitar ou praticar ato em continuidade à qualquer ato de suborno ou outro benefício ilegal, incluindo, mas não limitado a, desconto ilegal (*rebate*), compensação (*payoff*), tráfico de influência, propina (*kickback*) ou outro pagamento ou benefício ilegal ou impróprio;

- (v) não realizar qualquer alteração na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, bem como alterações relevantes nos Contratos do Projeto, Contratos de Energia e Seguros que venham a afetar negativa e substancialmente o Projeto sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- (w) informar ao Agente Fiduciário quaisquer sobrecustos de qualquer natureza, devidamente comprovados, no Projeto, bem como disponibilizar ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis após o recebimento de sua solicitação, quadro de usos e fundos atualizado do Projeto;
- (x) informar ao Agente Fiduciário quaisquer (a) insuficiências de fontes de financiamento para o Projeto; e (b) sobrecustos de qualquer natureza no Projeto (itens “a” e “b” em conjunto “Insuficiências do Projeto”), bem como disponibilizar ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias úteis após o recebimento de sua solicitação, (i) quadro de usos e fundos atualizado do Projeto; e/ou (ii) propostas e/ou comunicações trocadas com os possíveis credores do Financiamento de Longo Prazo, observado o previsto na Cláusula 7.1(d); e
- (y) obter e realizar, conforme aplicável, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados de notificação do Agente Fiduciário recebida pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras informando a existência de Insuficiências do Projeto, aporte no capital social da Emissora, pelas Intervenientes Garantidoras, limitada à participação efetiva de cada Interveniente Garantidora no capital social da Emissora, em dinheiro, no montante total da Insuficiência do Projeto descrito na notificação recebida do Agente Fiduciário, observado o previsto na Cláusula 7.1(d).

8.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora, obriga-se, ainda, a:

- (a) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM, conforme aplicável;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia dos balancetes da Emissora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis



35



geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração de representante legal da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

- (c) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página da internet na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente o Agente Fiduciário;
- (g) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (h) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (i) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (j) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP e pela CVM;
- (k) manter a propriedade de seus ativos do Projeto e a cobertura de Seguros;
- (l) liquidar antecipadamente todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão na hipótese prevista na Cláusula 6.2 da presente Escritura de Emissão;
- (m) encaminhar ao Agente Fiduciário, tão logo sejam obtidos, os pareceres relativos a patrimônio arqueológico, emitidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o atual estágio de desenvolvimento do Projeto;



36

- (n) permitir que quaisquer diretores ou empregados do Agente Fiduciário, bem como terceiros contratados pelo Agente Fiduciário, visitem e inspecionem quaisquer de seus bens e discutam com representantes da Emissora as questões pertinentes referentes ao seu crédito ou relacionadas ao cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita dos quais sejam uma parte com seus principais diretores e, na extensão máxima permitida pela lei e pela autoridade governamental competente, revejam todos os livros de registro e contábeis e quaisquer relatórios disponíveis ou declarações relevantes aos mesmos, desde que relacionados à Emissora, na frequência que possam razoavelmente solicitar e durante o horário comercial normal, após devida notificação com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis, exceto a qualquer momento se um Evento de Inadimplemento tiver ocorrido e persistir, hipótese em que a disponibilização de tais documentos será imediata após notificação nesse sentido nos termos da Cláusula 12.1. desta Escritura de Emissão;
- (o) guardar e conservar as notas fiscais, faturas e demais documentos comprovantes da operação do Projeto, obrigando-se a apresentá-los ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da respectiva solicitação, ou outro prazo que venha a ser determinado por autoridades competentes;
- (p) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da assinatura da presente Escritura de Emissão, a comprovação da notificação às distribuidoras responsáveis pela compra de energia da Emissora, acerca da cessão fiduciária, objeto Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos termos ali previstos;
- (q) não realizar qualquer alteração no tratamento contábil ou práticas de informes, alterar seu exercício fiscal ou promover qualquer reavaliação de seus ativos, exceto se permitido pelas regras e princípios de contabilidade vigentes de tempos em tempos;
- (r) não adquirir participação societária em qualquer sociedade;
- (s) não celebrar, investir ou adquirir (ou concordar em adquirir) quaisquer ações, títulos, valores mobiliários ou outras participações em qualquer associação ou celebrar qualquer operação com uma associação envolvendo seus ativos, bens ou participações, salvo se o Agente Fiduciário tiver aprovado esta operação antes de sua implementação;
- (t) até a obtenção, pela Emissora, da licença de instalação do Projeto e apresentação de sua respectiva cópia ao Agente Fiduciário, encaminhar ao Agente Fiduciário, a cada 4 (quatro) meses contados da assinatura desta Escritura de Emissão, relatório contendo (i) o detalhamento das atividades realizadas com os recursos objeto desta Escritura de Emissão, (ii) o valor, expresso em moeda corrente nacional, que foi destinado a cada atividade indicada, e (iii) uma declaração da Emissora confirmando que todas as atividades e valores indicados nos itens (i) e



37



- (ii) estão em conformidade com a Legislação Socioambiental e respectivas licenças e/ou autorizações aplicáveis;
- (u) cumprir e entregar ao Agente Fiduciário declaração assinada pelos seus respectivos diretores atestando o cumprimento de todas as obrigações descritas nesta Cláusula e nos Documentos da Oferta Restrita sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- (v) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão da presente Escritura de Emissão na execução do Projeto e de acordo com o cronograma de investimentos previsto nos contratos do Projeto, desde que tais atividades ali previstas estejam, à época da sua utilização dos referidos recursos, devida e regularmente licenciadas e/ou autorizadas nos termos da Legislação Socioambiental aplicável então, de acordo com o estágio de desenvolvimento do Projeto;
- (w) disponibilizar ao Agente Fiduciário, em até 6 (seis) meses contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, uma matriz de responsabilidades para a gestão socioambiental das obras do Projeto;
- (x) encaminhar, quadrimestralmente a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, relatório de acompanhamento de gestão ambiental e de saúde e segurança da obra que contenha, minimamente:
- (i) informações sobre as licenças ambientais/autorizações do Projeto emitidas ou renovadas no período e o atendimento às suas condicionantes;
 - (ii) informações sobre as multas e/ou autos de infração recebidos pela Emissora no período;
 - (iii) andamentos dos programas de monitoramento socioambiental do Projeto (com evolução do programa, resultados obtidos e análise crítica);
 - (iv) resultados dos processos de consultas e reclamações em curso perante a Emissora do período.
- (y) entregar ao Agente Fiduciário em até (i) 2 (dois) dias contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, cópia do pedido de “alteração da local de implementação e de outras características técnicas dos Projetos”, (ii) 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento de resposta da ANEEL referente a tal pedido, cópia da referida resposta, e (iii) 6 (seis) meses da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, cópia de documento que comprove a aprovação pela ANEEL da alteração da local de implementação e de outras características técnicas dos Projetos, nos termos da solicitação à ANEEL nº 48.500-003596/2008;



- (z) apresentar ao Agente Fiduciário, após 3 (três) meses da data da assinatura da presente Escritura de Emissão, as licenças de instalação;
- (aa) encaminhar ao Agente Fiduciário, tão logo sejam obtidas, as licenças ambientais relativas ao Projeto, emitidas pelos órgãos ambientais competentes, de acordo com o atual estágio de desenvolvimento do Projeto, observado, com relação à licença de instalação, o previsto na alínea “y” acima;
- (bb) não alienar, ceder, doar, alugar, arrendar ou transferir por qualquer meio, bem, ativo ou direito de sua propriedade (ressalvado em caso de (i) retirada de tais bens ou ativos do parque eólico da Emissora para fins manutenção ou conserto e/ou (ii) substituição, neste caso, desde que observado os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis) e/ou efetuar alterações na natureza dos negócios, em qualquer caso que, no entendimento justificado dos Debenturistas, possa prejudicar a capacidade financeira da Emissora;
- (cc) até a liberação das garantias constituídas no âmbito da Oferta Restrita, conforme os procedimentos dispostos em seus respectivos instrumentos, não criar, não incorrer, não assumir ou permitir a existência de quaisquer ônus sobre ou com relação a qualquer dos ativos da Emissora, com exceção aos ônus criados pelos Documentos da Oferta Restrita ou dos ônus a serem criados para garantir o Financiamento de Longo Prazo;
- (dd) obter e manter todas as licenças e autorizações válidas e vigentes, conforme exigidas pela Legislação Socioambiental, de acordo com o atual estágio de desenvolvimento do Projeto;
- (ee) enviar, trimestralmente ao Agente Fiduciário, se por este solicitado, relatório de *due diligence* técnica elaborada por engenheiro independente, descrevendo o estágio do Projeto e potenciais riscos relativos à implantação do Projeto;
- (ff) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora; e
- (gg) não celebrar, investir ou adquirir (ou concordar em adquirir) quaisquer ações, títulos, valores mobiliários ou outras participações em qualquer associação ou celebrar qualquer operação com uma associação envolvendo seus ativos, bens ou participações, salvo se o Agente Fiduciário tiver aprovado esta operação antes de sua implementação.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação



39

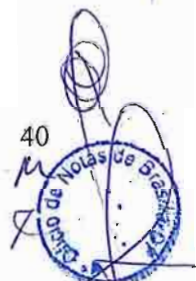


A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, a PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declarações do Agente Fiduciário

9.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;



- (l) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula VII desta Escritura;
- (m) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (n) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28, exceto aquelas mencionados no Anexo III desta Escritura de Emissão; e
- (o) assegura e assegurará, nos termos do Parágrafo 1 do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo III desta Escritura de Emissão, bem como aos Debenturista da Oferta Restrita.

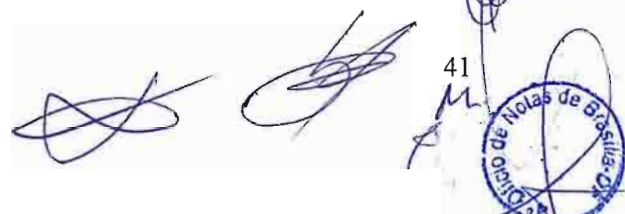
9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) Dias Úteis para a primeira convocação e 8 (oito) Dias Úteis para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERN.



9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável.

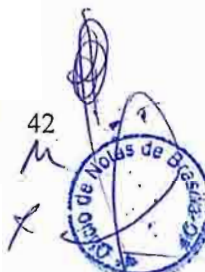
9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (l) responsabilizar-se pela elaboração das atas de Assembleia Geral de Debenturistas, no entanto, caso a elaboração da respectiva ata necessite de uma avaliação legal para tanto, os Debenturistas se obrigam a fazê-lo em conjunto com o Agente Fiduciário;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações sendo certo que a documentação necessária para a elaboração deste será enviada pela Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis prévios ao encerramento do prazo junto a CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;



43



- (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (viii) pagamentos da Remuneração das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (ix) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias prestadas nos termos da Cláusula 4.15; e
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “n” acima aos Debenturistas no prazo disposto na regulamentação aplicável, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) em sua sede social e em seu site (www.fiduciario.com.br);
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede dos Coordenadores.



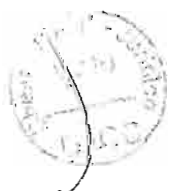
44



- (p) publicar, às expensas da Emissora, comunicado aos Debenturistas sobre a disponibilidade do relatório nos locais indicados na alínea “o” acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (u) disponibilizar o cálculo informado pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, aos Debenturistas em seu site ou em sua central de atendimento; e
- (v) acompanhar com o Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento da remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

9.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



45



9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “e” da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea “d” da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), sendo o primeiro pagamento devido 5 (cinco) Dias Úteis após data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus, conforme definido no contrato de prestação de serviços de agente fiduciário firmado com a Emissora.



46



9.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, conforme definido no contrato de prestação de serviços de agente fiduciário firmado com a Emissora.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário, à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata temporis*, se necessário.

9.6.6. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatadas que porventura venham a incidir com relação aos tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

9.6.6.1. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) assessoria aos Debenturistas, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (d) a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de (5) cinco Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.



47



9.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

9.7. Despesas

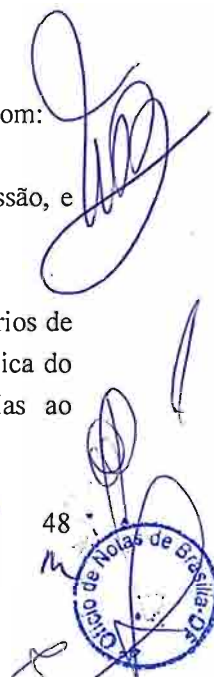
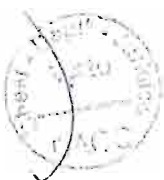
9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis e dentro dos padrões de mercado incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao



desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, em razão de motivo justificado;

- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.



10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

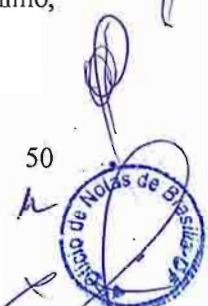
10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas (i) mantidas em tesouraria pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras; (ii) de titularidade de empresas controladoras da, ou controladas pela, direta ou indiretamente, Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras; (iii) de titularidade de sociedades sob controle comum da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, e (iv) detidas pelos administradores ou conselheiros, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, ou pelos demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) o quorum de deliberação das Assembleias Gerais; (iii) a vigência das Debêntures; (iv) alteração ou exclusão de hipótese de Eventos de Inadimplemento; e (v) os termos e condições da Fiança e dos Contrato de Garantia.

10.3.3. As alterações dos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.



10.3.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e das Intervenientes Garantidoras nas Assembleias Gerais, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

11.1. A Emissora e as Intervenientes Garantidoras, conforme aplicável, de forma individual e não solidária, declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) é uma sociedade devidamente constituída, validamente existente e em situação regular nos termos da legislação brasileira e possui todos os poderes e autoridades necessários e todas as licenças, autorizações, consentimentos, aprovações e alvarás relevantes necessários para deter seus bens e ativos e para conduzir seus negócios como atualmente conduzidos, de acordo com o atual estágio de desenvolvimento do Projeto, sem conflito com os direitos de qualquer outra pessoa;
- (b) a celebração, formalização e cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita da qual seja parte não irão, (i) conflitar ou resultar em uma violação ou exigir qualquer consentimento nos termos de seus documentos societários (salvo os consentimentos que tenham sido obtidos antes da Data de Emissão das Debêntures e que estejam em pleno vigor e efeito e acerca dos quais todas as condições a serem cumpridas tenham sido cumpridas); (ii) infringir qualquer disposição de qualquer lei, norma, regulamento, ordem, mandado, sentença, liminar, decreto, determinação ou decisão atualmente em vigor e aplicável aos mesmos; (iii) resultar em uma violação ou constituir um inadimplemento nos termos de qualquer escritura ou contrato de financiamento ou de crédito ou de qualquer outro contrato, locação ou instrumento dos quais seja uma parte ou acerca dos quais esteja ou seus bens estejam vinculados ou afetados, com exceção dos Contratos de Garantia; ou (iv) resultar ou exigir a criação ou imposição de qualquer ônus sobre ou com relação a quaisquer de seus bens ou ativos, salvo se de acordo com os Contratos de Garantia. Adicionalmente, cumpre todas as leis e regulamentos aplicáveis;
- (c) possui todos os poderes societários ou de outra natureza, autoridade e direitos legais para a celebração, formalização e cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita dos quais seja parte e a Oferta Restrita foi devidamente autorizado por todos os atos necessários de sua parte; e esta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita dos quais seja parte foram devidamente celebrados e

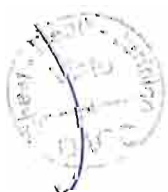


51



formalizados e constituem sua obrigação legal, válida e vinculante, exequível em conformidade com os seus respectivos termos;

- (d) todas as declarações de rendimentos e demais declarações de tributos que devam, por lei, ser devidamente apresentadas e todos os tributos, incidências e demais encargos governamentais (salvo os que possam ser pagos sem multa) sobre os mesmos ou sobre quaisquer de seus respectivos bens nelas demonstrados foram e estão sendo pagos na medida em que os referidos tributos, incidências e demais encargos governamentais se tornem devidos e vencidos. Os encargos, provisões e reservas constantes das suas demonstrações financeiras a tributos são adequados, sob todos os aspectos relevantes, inexistindo incidências adicionais para qualquer exercício para qualquer pessoa, que exceda de forma significativa as referidas reservas;
- (e) não tem conhecimento de processos judiciais, arbitrais, administrativos ou quaisquer procedimentos por ou perante qualquer autoridade governamental (exceto aquele disposto no item "x" da Cláusula 8.2 acima), ora em curso ou iminentes, contra ou que afetem a Emissora e/ou qualquer das Intervenientes Garantidoras (i) relacionados ou decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita ou das operações a eles relacionadas que, se determinados adversamente, podem causar uma Mudança Adversa Relevante na suas operações, ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos demais Documentos da Oferta Restrita;
- (f) não ocorreu, nem persiste qualquer Evento de Inadimplemento;
- (g) nenhuma aprovação governamental ou outro ato por ou relacionado a qualquer autoridade governamental, ou consentimento, autorização, aprovação ou notificação a qualquer pessoa é exigido ou necessário (i) em relação à celebração, formalização e cumprimento dos Documentos da Oferta Restrita, (ii) para a legalidade, validade, efeito vinculante e exequibilidade contra os mesmos dos Documentos da Oferta Restrita, e (iii) para a disponibilidade e transferência dos montantes necessários para a realização dos pagamentos nos termos dos Documentos da Oferta Restrita, exceto (A) qualquer aprovação governamental ou outro ato ou de outra forma que já tenha sido obtido e esteja em pleno vigor e efeito; e (B) o registro das Contratos de Garantia perante os cartórios de registro de títulos e documentos competentes e as notificações à terceiros neles previstas, conforme o caso;
- (h) as obrigações assumidas pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras em cada um dos Documentos da Oferta Restrita, conforme o caso, constituem suas obrigações seniores diretas, incondicionais e insubordinadas, sujeito às regras aplicáveis a hipótese de recuperação judicial, falência ou insolvência, ao direito de garantia real, sênior, na extensão da garantia real, a todas as suas demais obrigações ou endividamento;



- (i) está sujeito à legislação civil e comercial no que diz respeito às suas obrigações nos termos dos Documentos da Oferta Restrita dos quais sejam parte e a celebração, formalização e cumprimento dos Documentos da Oferta Restrita dos quais seja parte constituem atividades particulares e comerciais, e não atos públicos ou governamentais. Nem a Emissora, nem as Intervenientes Garantidoras, tampouco quaisquer de seus bens possuem qualquer imunidade (de soberania ou de outra natureza) quanto à jurisdição de qualquer tribunal ou compensação ou qualquer processo judicial (seja por meio de citação ou notificação, penhora pré-judicial, penhora para execução, execução ou de outra forma) nos termos das leis de qualquer jurisdição;
- (j) após a celebração e formalização desta Escritura de Emissão: (i) (A) não estará insolvente, conforme definido ou utilizado em qualquer Lei Aplicável, (B) será capaz de efetuar o pagamento de suas dívidas em geral na medida em que tais dívidas se tornem devidas ou (C) não terá um capital pequeno injustificado para atuar em qualquer negócio ou operação, em curso ou contemplada; e (ii) suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão não serão consideradas anuláveis nos termos de qualquer lei aplicável;
- (k) após, inclusive, a data de sua celebração e formalização e realização dos registros e anotações previstos nos Contratos de Garantia, os Contratos de Garantia criam, direitos de garantia de primeiro grau válidos e exequíveis em favor dos Debenturistas. Adicionalmente, possui justo título sobre todos os bens e direitos objetos dos Contratos de Garantia livres e desembaraçados de qualquer Ônus. Exceto conforme expressamente previsto nos Contratos de Garantia, nenhum registro ou arquivamento é necessário para aperfeiçoar os direitos de garantia criados nos termos dos Contratos de Garantia;
- (l) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- (m) não omitiram ou omitirão nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures;
- (n) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (o) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (p) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;



53



- (q) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora e das Intervenientes Garantidoras, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora e das Intervenientes Garantidoras, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (r) está, inclusive os seus representantes, funcionários e, de acordo com seu conhecimento depois de realizadas todas as devidas investigações e diligências necessárias para tanto, agentes, contratados e prestadores de serviços, em conformidade com a Legislação Socioambiental;
- (s) nem a Emissora, nem as Intervenientes Garantidoras, ou quaisquer conselheiros, diretores ou funcionários da Emissora, dos Intervenientes Garantidoras, nem, no conhecimento da Emissora, dos Intervenientes Garantidoras, ou os representantes legais da Emissora, dos Intervenientes Garantidoras, incluindo conselheiros, diretores ou funcionários: (i) utilizou quaisquer recursos para qualquer contribuição, prêmio, pagamento de entretenimento, ou qualquer outra despesa ilegal relacionada à atividade política; (ii) efetuou ou agiu em continuidade a uma oferta, promessa ou autorização de qualquer pagamento ou benefício ilegal, direto ou indireto, a qualquer oficial ou funcionário de autoridade regulatória ou governamental, nacional ou estrangeira, incluindo qualquer entidade pertencente ou controlada pelo governo ou por organização pública internacional, ou qualquer pessoa agindo em capacidade oficial para ou em nome de um dos anteriores, ou qualquer partido político ou funcionário de partido político ou candidato a cargo político; (iii) conforme aplicável, infringiu ou está infringindo qualquer disposição (iii.a) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; (iii.b) qualquer legislação ou regulamentação, seja brasileira ou estrangeira, que implemente regras de anti-suborno ou anticorrupção e às quais a Emissora e as Intervenientes Garantidoras estejam sujeitas; ou (iv) efetuou, ofereceu, concordou, requisitou ou praticou ato em continuidade à qualquer ato de suborno ou outro benefício ilegal, incluindo, mas não limitado a, desconto ilegal (rebate), compensação (*payoff*), tráfico de influência, propina (*kickback*) ou outro pagamento ou benefício ilegal ou impróprio;
- (t) as operações da Emissora e as Intervenientes Garantidoras são conduzidas em conformidade com os requisitos referentes a manutenção de registros e relatórios financeiros aplicáveis, incluindo os requisitos previstos, conforme aplicável, (i) na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, alterada pela Lei nº 12.683 de 9 de julho de 2012, e (ii) quaisquer leis de prevenção à lavagem de dinheiro aplicáveis em todas as jurisdições onde a Emissora e as Intervenientes Garantidoras conduzem seus negócios, as regras e regulamentações ali previstas e quaisquer regras, regulamentações ou orientações correlatas ou afins, emitidas, administradas ou impostas por qualquer autoridade governamental ou regulatória (coletivamente, as “Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”) e nenhuma ação, processo ou procedimento por ou perante qualquer juízo ou autoridade



54.



governamental ou regulatória, autoridade, órgão ou qualquer árbitro envolvendo a Emissoras ou qualquer das Intervenientes Garantidoras com relação às Leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro está em andamento ou, de acordo com o conhecimento da Emissora e das Intervenientes Garantidoras, é iminente;

- (u) não está sujeita a nenhuma lei ou regulamento que proíba ou limite as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou de quaisquer Documentos da Oferta Restrita;
- (v) não há nenhum Ônus constituído sobre ou com relação a qualquer dos ativos relevantes aos negócios da Emissora, exceção feita aos Ônus criados pelos Contratos de Garantia;
- (w) as demonstrações financeiras da Emissora e das Outras Emissoras, datadas de 16 de setembro de 2014, o balanço patrimonial da Envolver, datado de 31 de dezembro de 2013, o balanço patrimonial da Voltalia do Brasil, datado de 31 de dezembro de 2013, o balancete acumulado da Voltalia do Brasil, datado de 20 de setembro de 2014, as informações financeiras trimestrais da CHESF, datadas de 30 de setembro de 2014, o balancete da Encalco, datado de 30 de junho de 2014, e o balancete da Damha, datado de 30 de junho de 2014, representam corretamente a posição patrimonial e financeira (ativos, passivos e contingências) da Emissora e de cada uma das Intervenientes Garantidoras naquela data, e foi devidamente elaborada em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, e desde tal data não houve alterações adversas relevantes e nem aumento substancial dos respectivos endividamentos; e.
- (x) o formulário de referência elaborado pela Chesf nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência da Chesf") disponibilizados pela Chesf à CVM e ao Mercado, foi elaborado de acordo com e cumpre em todos os aspectos relevantes todas as normas pertinentes, conforme Instrução CVM 480.

11.2. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) possui em pleno vigor e eficácia todas as licenças, consentimentos, autorizações e aprovações necessárias, de acordo com o atual estágio de desenvolvimento do Projeto;
- (b) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e



55



- (c) a Emissora possui justo título ou direitos reais válidos sobre todos os seus bens móveis e imóveis relevantes aos seus negócios.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A.

Rua Bambina, 135, Bairro Botafogo

CEP 22251-050 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Nicolas Thouverez

Tel.: (21) 2221-7190

E-mail: n.thouverez@votalia.com.br; e

Av. Brigadeiro Luis Antonio, n.º 3.421, 8º andar, Jardim Paulista

CEP 01402-001 - São Paulo, SP

At.: Sr. Marcel Haratz

Tel.: (11) 2171-8925

E-mail: marcel.haratz@encalso.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTTE DTVM LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 10º andar

São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2642

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: vrodriques@planner.com.br; tlima@planner.com.br; zsouza@planner.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900 – Osasco, SP



At.: Sr. João Batista de Souza/ Sr. Fabio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3864-7911/(11) 3684-2852
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
CEP 01452-001 – São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para as Intervenientes Garantidoras:

VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA.

Rua Bambina, nº135, Bairro Botafogo
CEP 22251-050 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Robert Klein
Tel.: (21) 2221-7190
E-mail: r.klein@votalia.com.br

ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.

Av. Brigadeiro Luis Antonio, 3421 – 10º andar
CEP 01401-001 – São Paulo, SP
At.: Sr. Ramón Perez Arias Filho / Sr. Henrique Martins
E-mail: ramon.perez@grupoencalso.com.br / henrique.martins@grupoencalso.com.br

ENVOLVER PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Bambina, 135, Bairro Botafogo
CEP 22251-050 - Rio de Janeiro – RJ
At.: Robert Klein
Tel.: (21) 2221-7190
E-mail: r.klein@votalia.com.br; e

Av. Brigadeiro Luis Antonio, n.º 3.421, 8º andar, Jardim Paulista
CEP 01402-001 - São Paulo – SP
At.: Sr. Marcel Haratz
Tel.: (11) 2171-8925



57
M



E-mail: marcel.haratz@encalso.com.br

DAMHA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Av. Brigadeiro Luís Antonio, 3421 – 10º andar

CEP 01401-001 – São Paulo – SP

At.: Sr. Ramón Perez Arias Filho / Sr. Henrique Martins

E-mail: ramon.perez@grupoencalso.com.br / henrique.martins@grupoencalso.com.br

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF.

Rua Delmiro Gouveia, nº 333 – Edifício André Falcão

50761-260 - Recife, PE

At.: Sr. André Henrique da Silva

Tel.: (81) 3229-2351 / (81) 3229-2320

Fax: (81) 3229-3535

E-mail: andrehs@chesf.gov.br

12.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou qualquer das Intervenientes Garantidoras prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pelas Intervenientes Garantidoras nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros



58



a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Despesas

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos e despesas comprovados: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora e das Intervenientes Garantidoras.

12.8. Lei Aplicável



59

59

12.8.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.9. Foro

12.9.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de dezembro de 2014.



60





(Página de Assinatura 1/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A")



USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A.

Nicolas P. Antoine Thouverez
CPF: 233.971.118-54

Nome:

Cargo: Director

Nome:

Cargo:

RUY BARBOSA PINTO JR.
PP



TABEIÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
R. João Roberto de Oliveira Lima
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1885, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:
NICOLAS PAUL ANTOINE THOUVEREZ, a qual confere com padrão
depositado em cartório.
São Paulo/SP, 11/12/2014 - 10:12:18
Em Testemunho da verdade. Total R\$ 6,80
DOUGLAS VIEIRA DAKIN - Esc. Aut.
Etiqueta: 490537 Selos: AA 662882

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



ATENÇÃO: Este reconhecimento autentica apenas a assinatura. Em caso de uso de procuração a validade da mesma deverá ser conferida pelo contratante e/ou órgão de registro competente.

4º. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA
W/3 NORTE QD. 504 - ED. MARIANA-TERREO
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 3326-5234

RECONHEÇO e dou fe por AUTENTICIDADE
a(s) firma(s) de:
[0508694] RUY BARBOSA PINTO JUNIOR.....
SEM EXAME DA PROVA DA TITULARIDADE DOS
DIREITOS.

Em testemunho da verdade.
BRASÍLIA, 10 de Dezembro de 2014
Selo: TJMT20140041735896LKZU
Responsável no site www.tdft.jus.br

010-LEONIDAS FABIANO RODRIGUES CRUZ
ESCREVENTE AUTORIZADO
JCSM hora da impressão: 17:12:37

Alisson Jacinto da Moura
4º Ofício de Notas de DF
Escritor Autorizado





(Página de Assinatura 2/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Juncos S.A.")

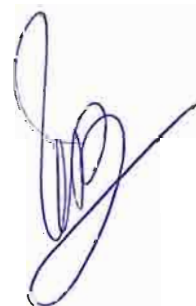


PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA



Nome: 
Cargo: **Tatiana Lima**
Procuradora

Nome: 
Cargo: **Zélia Souza**
Procuradora



62





(Página de Assinatura 38 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.")



VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA

Nicolas P. Antoine Thouverez
CPF: 238.971.118-54

Nome:
Cargo: Procurador



Nome: Xavier Jacques Guy MIA MULLIEZ
Cargo: Procurador

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Bel. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
FAX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONOMICO a(s) Firma(s) de:
NICOLAS PAUL ANTOINE THOUVEREZ, XAVIER JACQUES GUY MIA MULLIEZ, a
qual confere com padrão depositado em cartório.
São Paulo/SP, 11/12/2014 - 10:35:55

Em Testemunho da verdade. Total R\$ 13,60
DOUGLAS VIEIRA VARIO - Esc. Aut.
Etiqueta: 490555 Selos: AA 811136

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Handwritten signature.

Handwritten mark.



Handwritten signature.

Handwritten signature and stamp of the 15th Notary Office of São Paulo.



(Página de Assinatura 4/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.")



INCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

MÁRIO MÚCIO EUGÊNIO DAMHA
ADMINISTRADOR
RG: 6.498.374 - SSP/SP
CPF: 121.006.708-08

Nome: _____
Cargo: _____

TABELÃO OLIVEIRA LIMA
15^o Cartório de Notas
Bel. João Roberto de Oliveira Lima
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-1100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA com VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:
MÁRIO MÚCIO EUGÊNIO DAMHA, a qual confere com padrão depositado
em cartório.
São Paulo/SP, 11/12/2014 - 10:37:25
Em Testemunho da verdade. Total R\$ 6,00
DOUGLAS VIEIRA DARIO - Esc. Aut.
Etiqueta: 490565 Selos: AA 662883

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE





64

(Página de Assinatura 5/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.")

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

Nome: 
Cargo: Antônio Varella de Godoy
Diretor - Presidente

Nome: 
Cargo: José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e
Construção

ATENÇÃO: Este reconhecimento autentica apenas a assinatura. Em caso de uso de procuração a validade da mesma deverá ser contida pelo contratante e/ou órgão de registro competente.

4º OFÍCIO DE NOTAS DE DIÁRIO
Nº 3 NORTE AD. 504 - ED. MARTINA-TERREO
BRASILIA-DF - FONE: (061) 320-1214

RECONHEÇO e dou fé por AUTENTICIDADE
da(s) firma(s) de:
Nº 0620/4541 - ANTONIO VAREJAL DE GODOY
Nº 0620/461 - JOSE AILTON DE LIMA
SEM EXAME DA PROVA DA TITULARIDADE DOS
DIREITOS.

Em testemunho da verdade
BRASILIA, 10 de Dezembro de 2014
Pelo: T00FT2014009173595.NURX e
T00FT20140091735952LUNY
Disponível no site: www.t00ft.jus.br

LEONIDAS FABIANO RODRIGUES CRUZ
ESCREVENTE AUTORIZADO
hora da impressão: 17:24:37

Alisson Jacinto de Moura
4º Ofício de Notas do DF
Escritório Autorizado



(Página de Assinatura 6/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.")



ENVOLVER PARTICIPAÇÕES S.A.



Nicolas P. Antoine Thouverez
CPF: 233.971.118-54

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Procurador

Marcel Gurfinkel Haratz
CPF: 096.960.687-78

TABELÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Bel. João Roberto do Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpica - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:
NICOLAS PAUL ANTOINE THOUVEREZ, MARCEL GURFINKEL HARATZ, a qual
confero com padrão depositado em cartório.
São Paulo/SP, 11/12/2014 - 10:37:55

Em Testemunho da verdade. Total R\$ 13,60
DOUGLAS VIEIRA DABIO - Esc. Aut.
Etiqueta: 490574 Selos: AA 811141

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

ACQ381

1059AA86 141

15º Tabelião Oliveira Lima
da 15ª Notas



66





(Página de Assinatura 7/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.")


Nome: MARIO MUCIO EUGENIO DAMHA
Cargo: **MARIO MUCIO EUGENIO DAMHA**
ADMINISTRADOR
RG: 6.498.374 - SSP/SP
CPF: 121.006.708-08


Nome: MARCO AURELIO EUGENIO DAMHA
Cargo: **MARCO AURELIO EUGENIO DAMHA**
ADMINISTRADOR
RG: 23.392.381-5 - SSP/SP
CPF: 261.433.458-80

**TABELIÃO OLIVEIRA LIMA**
15ª Cartório de Notas
Blt. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PAISX (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:
MARIO MUCIO EUGENIO DAMHA, MARCO AURELIO EUGENIO DAMHA, a qual
confero com padrão depositado em cartório.

São Paulo/SP, 11/12/2014 - 10:42:36

Em Testemunho da Verdade. Total R\$ 13.60

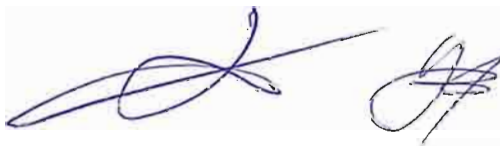
DOUGLAS VIEIRA DARIO - Esc. Aut.
Etiqueta: 490590 Selos: AA 811146

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE









67





(Página de Assinatura 8/8 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.")

Testemunhas:



Nome:

CPF:

Rodrigo Higashi Yamabe
CPF: 219.660.098-95

Nome:

CPF:

Graziely H. M. B. dos Santos
RG: 43.348.327-2
CPF: 349.759.908-57

TABELÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Bel. João Roberto de Oliveira Lima

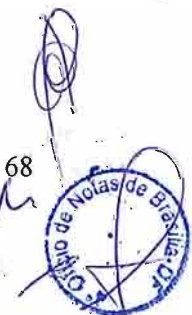
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:
RODRIGO HIGASHI YAMABE, a qual confere com padrão depositado em
cartório.
São Paulo/SP, 11/12/2014 - 10:44:02
Em Testemunho Na verdade. Total R\$ 6,80
DOUGLAS VIEIRA DARIO - Esc. Aut.
Etiqueta: 490600 Selos: R\$ 662888

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO

Tabelião Oliveira Lima
AV. DR. CARDOSO DE MELO, 1855 - VILA OLÍMPIA - SÃO PAULO - SP
PABX: (11) 3058-5100 - WWW.15NOTAS.COM.BR

1059 ATA 636688

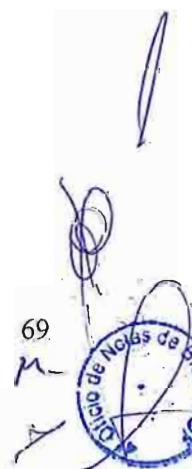
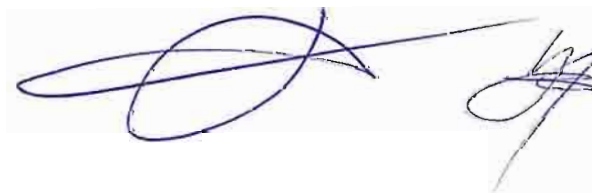


ANEXO I

Descrição dos Contratos do Projeto

1. Contratos de Fornecimento e EPCs

- *Electrical Balance of Plant Design, Engineering, Procurement, Construction, Supply, Assembly, Commission and Testing Contract*, celebrado entre a Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A., a Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., a Usina de Energia Eólica Junco I S.A., a Usina de Energia Eólica Junco II S.A. e a Alstom Grid Energia Ltda., datado de 24 de abril de 2014;
- *Civil Balance of Plant Design, Engineering, Procurement and Construction Contract*, celebrado entre a Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A., a Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., a Usina de Energia Eólica Junco I S.A., a Usina de Energia Eólica Junco II S.A. e a Cortez Engenharia Ltda., datado de 23 de junho de 2014;
- *Supply and Installation Agreement*, celebrado entre a Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e a Acciona Windpower Brasil – Comércio, Exportação e Importação de Equipamentos para Geração de Energia Eólica Ltda., datado de 09 de dezembro de 2013;
- *Supply and Installation Agreement*, celebrado entre a Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. e a Acciona Windpower Brasil – Comércio, Exportação e Importação de Equipamentos para Geração de Energia Eólica Ltda., datado de 09 de dezembro de 2013;
- *Supply and Installation Agreement*, celebrado entre a Usina de Energia Eólica Junco I S.A. e a Acciona Windpower Brasil – Comércio, Exportação e Importação de Equipamentos para Geração de Energia Eólica Ltda., datado de 09 de dezembro de 2013;
- *Supply and Installation Agreement*, celebrado entre a Usina de Energia Eólica Junco II S.A. e a Acciona Windpower Brasil – Comércio, Exportação e Importação de Equipamentos para Geração de Energia Eólica Ltda., datado de 09 de dezembro de 2013.



2. Arrendamentos Mercantis e Outros Contratos

USINA DE ENERGIA EÓLICA CAIÇARA I S.A.			
PARTES		NOME DO CONTRATO	DATA DE CELEBRAÇÃO
1	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Ubirajara Sousa Lima e sua esposa Sra. Maria das Graças Lima	Lote 5 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010
2	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Ubirajara Sousa Lima e sua esposa Sra. Maria das Graças Lima	Lote 5 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
3	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	Lote 5 - Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
4	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Telêmaco Sandinico de Medeiros Crispiano (procuradora Sra. Maria Lúcia Medeiros Crispiano)	Lote 6 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	20 de setembro de 2010
5	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Telêmaco Sandinico de Medeiros Crispiano, (procuradora Sra. Maria Lúcia Medeiros Crispiano)	Lote 6 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
6	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	Lote 6 - Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
7	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Joaquim Crispiano Neto e sua esposa Sra. Maria Lúcia de Medeiros Crispiano	Lotes 7 e 8 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	17 de setembro de 2010
8	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Joaquim Crispiano Neto e esposa Sra. Maria Lúcia de Medeiros Crispiano	Lotes 7 e 8 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014

9	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	Lotes 7 e 8 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
10	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Varela da Silva e sua esposa Sra. Francisca Jerônimo da Silva	Lote 9 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010
11	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Varela da Silva e sua esposa Sra. Francisca Jerônimo da Silva	Lote 9 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
12	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	Lote 9 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
13	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. João Batista de Freitas e sua companheira Sra. Maria Ferreira Almeida Sousa	Lote 10 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010
14	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. João Batista de Freitas e sua companheira Sra. Maria Ferreira Almeida Sousa	Lote 10 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
15	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	Lote 10 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	04 de março de 2014
16	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Antônio Marcos da Silva Victor e sua esposa Sra. Maria Edvaneide Filgueira	Lotes 27 e 51 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	30 de novembro de 2010
17	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Antônio Marcos da Silva Victor e sua esposa Sra. Maria Edvaneide Filgueira	Lotes 27 e 51 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
18	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	Lotes 27 e 51 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para	03 de março de 2014



[Handwritten signature]



		Implantação de Usina Eólio Elétrico	
19	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. João Batista Viana de Sousa e sua esposa Sra. Francisca Verônica Cortes de Sousa	Lote 29 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010
20	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. João Batista Viana de Sousa e sua esposa Sra. Francisca Verônica Cortes de Sousa	Lote 29 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
21	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	Lote 29 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
22	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Oscar Fernandes Silva e sua esposa Sra. Antônio Luiza Fernandes	Lote 30 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de junho de 2012
23	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Oscar Fernandes Silva e sua esposa Sra. Antônio Luiza Fernandes	Lote 30 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
24	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	Lote 30 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014

USINA DE ENERGIA EÓLICA CAIÇARA II S.A.			
PARTES		NOME DO CONTRATO	DATA DE CELEBRAÇÃO
1	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Antônio Pádua de Sousa e sua companheira Sra. Maria Apolônia	Lote 1 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	04 de janeiro de 2011



72



2	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Antônio Pádua de Sousa e sua companheira Sra. Maria Apolônia	Lote 1 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
3	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lote 1 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
4	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Antônio Pádua de Sousa e sua companheira Sra. Maria Apolônia	Lote 2 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010
5	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Antônio Pádua de Sousa e sua companheira Sra. Maria Apolônia	Lote 2 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
6	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lote 2 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
7	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Alves de Feitas e sua esposa Sra. Liviani de Souza Feitas	Lotes 3 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	13 de setembro de 2010
8	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Alves de Feitas e sua esposa Sra. Liviani de Souza Feitas	Lotes 3 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
9	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lotes 3 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
10	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Alves de Feitas e sua esposa Sra. Liviani de Souza Feitas	Lotes 4 e 33 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	17 de setembro de 2010
11	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Alves de Feitas e sua esposa Sra. Liviani de Souza Feitas	Lotes 4 e 33 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014



[Handwritten signature]



12	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lotes 4 e 33 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
13	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Victor Sobrinho	Lote 21 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	13 de setembro de 2010
14	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Victor Sobrinho	Lote 21 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
15	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lote 21 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
16	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Amâncio Rodrigues da Cunha e sua esposa Sra. Maria Luzimar Gomes Rodrigues	Lote 22 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	04 de dezembro de 2012
17	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Amâncio Rodrigues da Cunha e sua esposa Sra. Maria Luzimar Gomes Rodrigues	Lote 22 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
18	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lote 22 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
19	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Raimundo Ferreira da Silva e sua esposa Sra. Maria Galdino da Silva	Lote 23 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	17 de setembro de 2010
20	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Raimundo Ferreira da Silva e sua esposa Sra. Maria Galdino da Silva	Lote 23 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014

21	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lote 23 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
22	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Solon de Sousa Virgílio	Lote 24 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	29 de setembro de 2010
23	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Solon de Sousa Virgílio	Lote 24 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
24	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lote 24 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
25	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Ricardo Dantas Xavier e sua esposa Sra. Maria de Lourdes da Silva Dantas	Lote 25 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010
26	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Ricardo Dantas Xavier e sua esposa Sra. Maria de Lourdes da Silva Dantas	Lote 25 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
27	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lote 25 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
28	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Ferreira de Lima e sua esposa Sra. Maria Rita da Silva Lima	Lote 26 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	20 de setembro de 2010
29	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Ferreira de Lima e sua esposa Sra. Maria Rita da Silva Lima	Lote 26 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014




30	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	Lote 26 - Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
----	---	--	---------------------

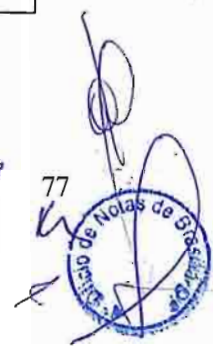
USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO I S.A.			
PARTES		NOME DO CONTRATO	DATA DE CELEBRAÇÃO
1	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Adelino dos Santos e sua esposa Sra. Maria Pereira dos Santos	Lote 17 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	29 de setembro de 2010
2	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Adelino dos Santos e sua esposa Sra. Maria Pereira dos Santos	Lote 17 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
3	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	Lote 17 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	04 de março de 2014
4	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Américo Viana de Sousa e sua esposa Sra. Rita Maria de Lima Sousa	Lote 18 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010
5	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Américo Viana de Sousa e sua esposa Sra. Rita Maria de Lima Sousa	Lote 18 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
6	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	Lote 18 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
7	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Sra. Aldejane Maria da Silva	Lote 19 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de fevereiro de 2010



76.



8	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sra. Aldejane Maria da Silva	Lote 19 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
9	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	Lote 19 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
10	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Francinildo da Silva e sua esposa Sra. Rosa Maria Bezerra	Lote 36 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010
11	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Francinildo da Silva e sua esposa Sra. Rosa Maria Bezerra	Lote 36 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
12	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	Lote 36 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
13	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Francimar da Silva e sua esposa Sra. Maria Erineide da Silva	Lote 37 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	17 de setembro de 2010
14	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Francimar da Silva e sua esposa Sra. Maria Erineide da Silva	Lote 37 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
15	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	Lote 37 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
16	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Ivanildo Viana de Sousa e sua esposa Sra. Francisca Ivone Vitor de Sousa	Lote 38 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	17 de setembro de 2010

17	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Ivanildo Viana de Sousa e sua esposa Sra. Francisca Ivone Vitor de Sousa	Lote 38 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólico Elétrico	27 de janeiro de 2014
18	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco I S.A	Lote 38 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólico Elétrico	03 de março de 2014
19	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Severino Viana da Silva Filho e sua esposa Sra. Judith de Assunção Barbosa Silva	Lote 39 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólico Elétrico	14 de setembro de 2010
20	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Severino Viana da Silva Filho e sua esposa Sra. Judith de Assunção Barbosa Silva	Lote 39 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólico Elétrico	27 de janeiro de 2014
21	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco I S.A	Lote 39 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólico Elétrico	03 de março de 2014

USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A.			
PARTES		NOME DO CONTRATO	DATA DE CELEBRAÇÃO
1	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Luiz Carlos Marques Fernandes e sua esposa Sra. Maria Neuma Victor Fernandes	Lote 12 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólico Elétrico	31 de maio de 2011
2	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Luiz Carlos Marques Fernandes e sua esposa Sra. Maria Neuma Victor Fernandes	Lote 12 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólico Elétrico	30 de agosto de 2012
3	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Luiz Carlos Marques Fernandes e sua esposa Sra. Maria Neuma Victor Fernandes	Lote 12 – Segundo Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólico Elétrico	22 de novembro de 2012



78



4	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Luiz Carlos Marques Fernandes e sua esposa Sra. Maria Neuma Victor Fernandes	Lote 12 – Terceiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	05 de abril de 2013
5	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Luiz Carlos Marques Fernandes e sua esposa Sra. Maria Neuma Victor Fernandes	Lote 12 – Quarto Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
6	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	Lote 12 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
7	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Targino do Nascimento e sua esposa Sra. Maria Celia da Costa Nascimento	Lote 13 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	13 de setembro de 2010
8	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. José Targino do Nascimento e sua esposa Sra. Maria Celia da Costa Nascimento	Lote 13 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
9	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	Lote 13 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
10	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sra. Ana Lúcia de Silva	Lote 15 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	17 de setembro de 2010
11	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sra. Ana Lúcia de Silva	Lote 15 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
12	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	Lote 15 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
13	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Raimundo Felix Bezerra	Lotes 31 e 43 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina	20 de setembro de 2010



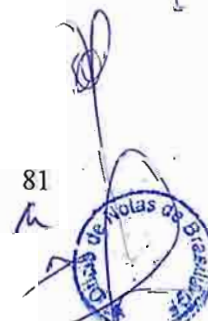
79



		Eólio Elétrico	
14	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Raimundo Felix Bezerra	Lotes 31 e 43 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
15	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco II S.A	Lotes 31 e 43 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
16	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Canindé Maia da Silva e sua esposa Sra. Maria de Fátima Perez	Lote 32 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	13 de setembro de 2010
17	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Francisco Canindé Maia da Silva e sua esposa Sra. Maria de Fátima Perez	Lote 32 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
18	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco II S.A	Lote 32 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
19	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Antônio Eribaldo Bezerra (procurador Sr. Raimundo Felix Bezerra)	Lote 34 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	20 de setembro de 2010
20	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Antônio Eribaldo Bezerra (procurador Sr. Raimundo Felix Bezerra)	Lote 34 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
21	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco II S.A	Lote 34 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014
22	Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Manoel Martins da Silva	Lote 35 – Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	14 de setembro de 2010




23	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Sr. Manoel Martins da Silva	Lote 35 – Primeiro Termo de Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	27 de janeiro de 2014
24	Votalia Energia do Brasil Ltda. e Usina de Energia Eólica Junco II S.A	Lote 35 – Termo de Cessão de Direitos e Obrigações e de Transferência de Titularidade do Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Imóvel para Implantação de Usina Eólio Elétrico	03 de março de 2014

ANEXO II

Notificação de Liberação

São Paulo, [●] de [●] de 2014

Ao

[●]

At.: [●]

Com cópia para:

[Agente Fiduciário]

Ref.: *Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A.*

Prezados Senhores,

Nos termos da Cláusula 4.9.2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina de Energia Eólica Junco II S.A., celebrado em 10 de dezembro de 2014 entre a Usina de Energia Eólica Junco II S.A., ("Emissora"), a Planner Trustee DTVM Ltda. ("Agente Fiduciário"), dentre outros, na qualidade de intervenientes garantidoras ("Escritura de Emissão"), vimos solicitar às V.S.^{as} a transferência imediata do montante de R\$ [●], correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Total da Emissão depositado na Conta Vinculada para a conta nº [●], agência [●], mantida junto ao Banco [●].

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

Atenciosamente,

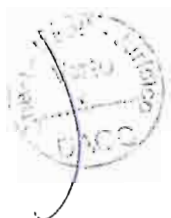
USINA DE ENERGIA EÓLICA JUNCO II S.A.

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____



ANEXO III

Descrição das Outras Emissões que o Agente Fiduciário atua

Nos termos do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que, além desta Emissão, atua nas seguintes emissões de debêntures da Emissora:

Todos os termos iniciados em maiúsculo e não expressamente aqui definido, terá o significado atribuído na respectiva Escritura de Emissão.

A) Primeira Emissão de Debêntures da Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A., nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina De Energia Eólica Caiçara I S.A. ("Escritura de Emissão"), que possui as seguintes características:

Valor da Emissão:	R\$ 39.379.811,00 (trinta e nove milhões, trezentos e setenta e nove mil oitocentos e onze reais).
Quantidade de Debêntures emitidas:	100 (cem).
Espécie:	As debêntures são da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Prazo de Vencimento das Debêntures:	As debêntures tem prazo de 12 (doze), contados da respectiva data de emissão, com vencimento final previsto para 07 de dezembro de 2015.
Tipo e Valor das Garantias e denominação dos Garantidores:	<u>Garantia Fidejussória</u> Fianças prestadas pela Voltalia Energia do Brasil Ltda. (" <u>Voltalia do Brasil</u> "), Encalso Construções Ltda. (" <u>Encalso</u> "), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (" <u>Chesf</u> "), Damha Administração e Participações S.A. (" <u>Damha</u> ") e Envolver Participações S.A. (" <u>Envolver</u> "), da seguinte forma: não respondem solidariamente entre si pela Fiança, salvo no caso da Encalso e da Damha, que respondem de forma solidária por 25,398% (vinte e cinco vírgula três, nove oito por cento) do Valor Garantido enquanto não for implementada a Condição Suspensiva. Ressalvada a condição solidária da Encalso e da Damha, a Fiança prestada (i) pela Envolver estará limitada a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido; e (ii) pela Voltalia do Brasil estará limitada a 25,602% (vinte e cinco vírgula seis zero dois por cento) do



83



	<p>Valor Garantido, sempre enquanto não for implementada a Condição Suspensiva. Após a implementação da Condição Suspensiva, a Fiança da (i) Envolver continuará limitada a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido; (ii) Chesf estará limitada a 49% (quarenta nove por cento) do Valor Garantido; (iii) Voltalia do Brasil estará limitada a 25,602% (vinte e cinco vírgula seis zero dois por cento) do Valor Garantido; e (iv) Encalco e da Damha, de forma solidária, estará limitada a 25,398% (vinte e cinco vírgula três nove oito por cento) do Valor Garantido.</p> <p><u>Garantias Reais</u></p> <p>Alienação fiduciária da totalidade das ações de titularidade da Envolver e da Chesf representativas do capital social da Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. ("<u>Caiçara I</u>"), da Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. ("<u>Caiçara II</u>"), da Usina de Energia Eólica Junco I S.A. ("<u>Junco I</u>") e da Usina de Energia Eólica Junco II S.A. ("<u>Junco II</u>", e em conjunto com a Caiçara I, a Caiçara II e a Junco I, as "<u>Emissoras</u>"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia celebrado entre a Chesf, a Envolver, as Emissoras, e a Planner Trustee DTVM Ltda. ("<u>Agente Fiduciário</u>"), datado de 10 dezembro de 2014.</p> <p>Alienação fiduciária por meio do qual a Caiçara II aliena e transfere a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de equipamentos, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado entre as Emissoras e o Agente Fiduciário, datado de 10 dezembro de 2014.</p> <p>Cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados ao Projeto nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia celebrado entre as Emissoras e o Agente Fiduciário, datado de 10 dezembro de 2014.</p>
<p>Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período:</p>	<p>Resgate Antecipado Facultativo: A qualquer momento a partir da Data de Emissão, a Caiçara I poderá resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures. As debêntures</p>




serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva liquidação do resgate; e (ii) do prêmio de 0,8% (oito décimos por cento) *flat* sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto do resgate acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva liquidação do resgate antecipado, exceto, exclusivamente, na hipótese de resgate em decorrência de Financiamento de Longo Prazo (conforme abaixo definido) para o Projeto, nos termos e condições a serem definidos na Escritura de Emissão. **Resgate Antecipado Obrigatório:** No caso de contratação de financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para o Projeto, de emissão de debêntures incentivadas pela Emissora nos termos da Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e/ou de contratação de operação de crédito estruturada com os dois coordenadores, em conjunto ("Financiamento de Longo Prazo"), a Emissora estará obrigada a resgatar antecipadamente, em sua totalidade, as debêntures, nos termos e condições definidos na Escritura de Emissão. O Resgate Antecipado Obrigatório será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, sendo que, caso o Resgate Antecipado Obrigatório ocorra após 243 (duzentos e quarenta e três) dias contados da Data de Emissão, além do valor acima, a Emissora pagará aos Debenturistas um prêmio de 0,783% (zero vírgula sete décimos e oitenta e três centésimos por cento) *flat* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Amortização: O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, será amortizado em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, ressalvados os casos de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou Vencimento Antecipado, nos termos da Escritura de Emissão.

Convertibilidade: As Debêntures não são conversíveis em



85



	ações da Caiçara I.
	Repactuação: não há repactuação.
	Inadimplemento no período: não aplicável

B) Primeira Emissão de Debêntures da Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina De Energia Eólica Caiçara II S.A. ("Escritura de Emissão"), que possui as seguintes características:

Valor da Emissão:	R\$ 18.922.766,00 (dezoito milhões, novecentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta e seis reais).
Quantidade de Debêntures emitidas:	100 (cem).
Espécie:	As debêntures são da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Prazo de Vencimento das Debêntures:	As debêntures tem prazo de 12 (doze), contados da respectiva data de emissão, com vencimento final previsto para 07 de dezembro de 2015.
Tipo e Valor das Garantias e denominação dos Garantidores:	<p><u>Garantia Fidejussória</u></p> <p>Fianças prestadas pela Voltalia Energia do Brasil Ltda. ("<u>Voltalia do Brasil</u>"), Encalso Construções Ltda. ("<u>Encalso</u>"), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf ("<u>Chesf</u>"), Damha Administração e Participações S.A. ("<u>Damha</u>") e Envolver Participações S.A. ("<u>Envolver</u>"), da seguinte forma: não respondem solidariamente entre si pela Fiança, salvo no caso da Encalso e da Damha, que respondem de forma solidária por 25,398% (vinte e cinco vírgula três nove oito por cento) do Valor Garantido enquanto não for implementada a Condição Suspensiva. Ressalvada a condição solidária da Encalso e da Damha, a Fiança prestada (i) pela Envolver estará limitada a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido; e (ii) pela Voltalia do Brasil estará limitada a 25,602% (vinte e cinco vírgula seis zero dois por cento) do Valor Garantido, sempre enquanto não for implementada a Condição Suspensiva. Após a implementação da Condição Suspensiva, a Fiança da (i) Envolver continuará limitada a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido; (ii)</p>




	<p>Chesf estará limitada a 49% (quarenta nove por cento) do Valor Garantido; (iii) Voltalia do Brasil estará limitada a 25,602% (vinte e cinco vírgula seis zero dois por cento) do Valor Garantido; e (iv) Encalso e da Damha, de forma solidária, estará limitada a 25,398% (vinte e cinco vírgula três nove oito por cento) do Valor Garantido.</p> <p><u>Garantias Reais</u></p> <p>Alienação fiduciária da totalidade das ações de titularidade da Envolver e da Chesf representativas do capital social da Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. ("<u>Caiçara I</u>"), da Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. ("<u>Caiçara II</u>"), da Usina de Energia Eólica Junco I S.A. ("<u>Junco I</u>") e da Usina de Energia Eólica Junco II S.A. ("<u>Junco II</u>", e em conjunto com a Caiçara I, a Caiçara II e a Junco I, as "<u>Emissoras</u>"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia celebrado entre a Chesf, a Envolver, as Emissoras, e a Planner Trustee DTVM Ltda. ("<u>Agente Fiduciário</u>"), datado de 10 dezembro de 2014.</p> <p>Alienação fiduciária por meio do qual a Caiçara II aliena e transfere a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de equipamentos, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado entre as Emissoras e o Agente Fiduciário, datado de 10 dezembro de 2014.</p> <p>Cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados ao Projeto nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia celebrado entre as Emissoras e o Agente Fiduciário, datado de 10 dezembro de 2014.</p>
<p>Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período:</p>	<p>Resgate Antecipado Facultativo: A qualquer momento a partir da Data de Emissão, a Caiçara II poderá resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures. As debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva liquidação do resgate; e (ii) do prêmio de 0,8% (oito décimos</p>




por cento) *flat* sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto do resgate acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva liquidação do resgate antecipado, exceto, exclusivamente, na hipótese de resgate em decorrência de Financiamento de Longo Prazo (conforme abaixo definido) para o Projeto, nos termos e condições a serem definidos na Escritura de Emissão. **Resgate Antecipado Obrigatório:** No caso de contratação de financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o Projeto, de emissão de debêntures incentivadas pela Emissora nos termos da Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e/ou de contratação de operação de crédito estruturada com os dois coordenadores, em conjunto (“Financiamento de Longo Prazo”), a Emissora estará obrigada a resgatar antecipadamente, em sua totalidade, as debêntures, nos termos e condições definidos na Escritura de Emissão. O Resgate Antecipado Obrigatório será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, sendo que, caso o Resgate Antecipado Obrigatório ocorra após 243 (duzentos e quarenta e três) dias contados da Data de Emissão, além do valor acima, a Emissora pagará aos Debenturistas um prêmio de 0,783% (zero vírgula sete décimos e oitenta e três centésimos por cento) *flat* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Amortização: O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, será amortizado em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, ressalvados os casos de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou Vencimento Antecipado, nos termos da Escritura de Emissão.

Conversibilidade: As Debêntures não são conversíveis em ações da Caiçara II.

Repactuação: não há repactuação.



Inadimplemento no período: não aplicável

C) Primeira Emissão de Debêntures da Usina de Energia Eólica Junco I S.A., nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina De Energia Eólica Junco I S.A. ("Escritura de Emissão"), que possui as seguintes características:

Valor da Emissão:	R\$ 56.768.299,00 (cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa e nove reais).
Quantidade de Debêntures emitidas:	100 (cem).
Espécie:	As debêntures são da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Prazo de Vencimento das Debêntures:	As debêntures tem prazo de 12 (doze), contados da respectiva data de emissão, com vencimento final previsto para 07 de dezembro de 2015.
Tipo e Valor das Garantias e denominação dos Garantidores:	<u>Garantia Fidejussória</u> Fianças prestadas pela Voltalia Energia do Brasil Ltda. (" <u>Voltalia do Brasil</u> "), Encalso Construções Ltda. (" <u>Encalso</u> "), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (" <u>Chesf</u> "), Damha Administração e Participações S.A. (" <u>Damha</u> ") e Envolver Participações S.A. (" <u>Envolver</u> "), da seguinte forma: não respondem solidariamente entre si pela Fiança, salvo no caso da Encalso e da Damha, que respondem de forma solidária por 25,398% (vinte e cinco vírgula três nove oito por cento) do Valor Garantido enquanto não for implementada a Condição Suspensiva. Ressalvada a condição solidária da Encalso e da Damha, a Fiança prestada (i) pela Envolver estará limitada a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido; e (ii) pela Voltalia do Brasil estará limitada a 25,602% (vinte e cinco vírgula seis zero dois por cento) do Valor Garantido, sempre enquanto não for implementada a Condição Suspensiva. Após a implementação da Condição Suspensiva, a Fiança da (i) Envolver continuará limitada a 51% (cinquenta e um por cento) do Valor Garantido; (ii) Chesf estará limitada a 49% (quarenta nove por cento) do Valor Garantido; (iii) Voltalia do Brasil estará limitada a 25,602% (vinte e cinco vírgula seis zero dois por cento) do Valor Garantido; e (iv) Encalso e da Damha, de forma

	<p>solidária, estará limitada a 25,398% (vinte e cinco vírgula três nove oito por cento) do Valor Garantido.</p> <p><u>Garantias Reais</u></p> <p>Alienação fiduciária da totalidade das ações de titularidade da Envolver e da Chesf representativas do capital social da Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. ("<u>Caiçara I</u>"), da Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. ("<u>Caiçara II</u>"), da Usina de Energia Eólica Junco I S.A. ("<u>Junco I</u>") e da Usina de Energia Eólica Junco II S.A. ("<u>Junco II</u>", e em conjunto com a Caiçara I, a Caiçara II e a Junco I, as "<u>Emissoras</u>"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia celebrado entre a Chesf, a Envolver, as Emissoras, e a Planner Trustee DTVM Ltda. ("<u>Agente Fiduciário</u>"), datado de 10 dezembro de 2014.</p> <p>Alienação fiduciária por meio do qual a Caiçara II aliena e transfere a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de equipamentos, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia celebrado entre as Emissoras e o Agente Fiduciário, datado de 10 dezembro de 2014.</p> <p>Cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados ao Projeto nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia celebrado entre as Emissoras e o Agente Fiduciário, datado de 10 dezembro de 2014.</p>
<p>Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período:</p>	<p>Resgate Antecipado Facultativo: A qualquer momento a partir da Data de Emissão, a Junco I poderá resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures. As debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva liquidação do resgate; e (ii) do prêmio de 0,8% (oito décimos por cento) <i>flat</i> sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto do resgate acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da efetiva liquidação do resgate antecipado, exceto,</p>




exclusivamente, na hipótese de resgate em decorrência de Financiamento de Longo Prazo (conforme abaixo definido) para o Projeto, nos termos e condições a serem definidos na Escritura de Emissão. **Resgate Antecipado Obrigatório:** No caso de contratação de financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para o Projeto, de emissão de debêntures incentivadas pela Emissora nos termos da Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e/ou de contratação de operação de crédito estruturada com os dois coordenadores, em conjunto ("Financiamento de Longo Prazo"), a Emissora estará obrigada a resgatar antecipadamente, em sua totalidade, as debêntures, nos termos e condições definidos na Escritura de Emissão. O Resgate Antecipado Obrigatório será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, sendo que, caso o Resgate Antecipado Obrigatório ocorra após 243 (duzentos e quarenta e três) dias contados da Data de Emissão, além do valor acima, a Emissora pagará aos Debenturistas um prêmio de 0,783% (zero vírgula sete décimos e oitenta e três centésimos por cento) flat sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Amortização: O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, será amortizado em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento, ressalvados os casos de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou Vencimento Antecipado, nos termos da Escritura de Emissão.

Conversibilidade: As Debêntures não são conversíveis em ações da Junco I.

Repactuação: não há repactuação.

Inadimplemento no período: não aplicável



Handwritten signature in blue ink.

